

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

IVANDRO PINTO DE MENEZES

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

João Pessoa-PB

Fevereiro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

IVANDRO PINTO DE MENEZES

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba – Linha de pesquisa "Ética, Gestão e Políticas de Informação" – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Dr. Edvaldo Carvalho Alves

João Pessoa-PB

Fevereiro de 2013

M543c Menezes, Ivandro Pinto de.

A ciência da informação: uma reflexão sobre suas bases epistemológicas / Ivandro Pinto de Menezes.- João Pessoa, 2013.

87f.

Orientador: Edvaldo Carvalho Alves

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Ciência da informação. 2. Epistemologia.
3. Modernidade. 4. Pós-modernidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba – Linha de pesquisa "Ética, Gestão e Políticas de Informação" – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Dr. Edvaldo Carvalho Alves

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (Orientador)

Profa. Dra. Mirian de Albuquerque Aquino – Membro Interno

Prof. Dr. Adriano de Léon – Membro Externo

Aos meus pais, Ivan Pinto de Menezes e Dilvane
Maria das Chagas Menezes (*in memorian*).

Agradecer é, por vezes, uma tarefa difícil e injusta, pois sempre terminamos por deixar alguém que merecia estar aqui e acabou ficando de fora. No mais, foram dois anos, mas muitos quilômetros percorridos, muitas noites mal dormidas, muitas emoções vividas, muitas chegadas e tantas partidas. Foram dias em que minha vida foi permeada de mudanças, de conflitos, de tramas e conspirações, que só quem caminhou comigo é capaz de compreender.

Foram dias em que ouvi coisas que não desejei, mas que recebi palavras que não merecia em consolo e fortalecimento. Dias em que chorei, em que perdi a fé, em que me decepcionei, mas dias em que recobrei o ânimo e pude me apoiar em tantos ombros de tantos amigos que cruzaram o meu caminho.

Sem sombra de dúvidas, o meu maior amigo, o meu maior presente e meu maior reencontro tem nome e endereço, Edvaldo Carvalho Alves, que foi mais que orientador, foi companheiro, foi confidente, foi amigo, foi a compreensão quando as coisas ficaram drasticamente difíceis, foi o apoio e o alicerce que me encorajou a sempre olhar para frente, que acreditou mais em meu potencial que eu mesmo e que me fez redescobrir o sentido da palavra “amigo”.

Aos amigos do mundo intelectual, meus companheiros de turma, que carregarei com carinho no meu pequeno e grande “caçúá das lembranças”, levando-os em cada página desse trabalho e em cada louro que vier a colher por meio dele. E aos meus estimados professores, a quem devo muitas das palavras, muitos dos pensamentos e muitos dos caminhos que me conduziram até aqui, em particular, aos que estiveram em sala comigo, transcritos em ordem alfabética, Carlos Xavier Netto, Emeide Duarte, Joana Coeli e Gustavo Freire. Estendo meu muito obrigado a Dra. Bernadina Freire, pelo seu suporte e palavras, e, ao Dr. Adriano de Léon, por suas preciosas contribuições e disponibilidade.

Aos companheiros de jornada, de conversas e de incentivos, que direta e indiretamente contribuíram para esse trabalho, dentre tantos, meu amigo Dostoievsky Andrade, Dom Fábio Firmino, Tiago Baixo Astral, aos meus amados e queridos Júnior e Sabrina, Dira Vieira, Beth Alcoforado, Anabel Pessôa, Fabíola Nóbrega, Yanna Nunes, Talita Lopes, Patrícia Monteiro, Kelly Emanuelly, Zé Ricardo; e, mais intimamente, André e Rosinha Aragão, Hilkyson e Patrícia Fernandes, Fábio Máximo, Ivancleia Rocha, Suellen Menezes, Beto Miranda, Belca, Ivandeci, Sadja e Carminha e, tantos outros que amo e não caberiam em tão poucas linhas.

A meu cunhado, Cláudio Emmanuel, e, ao meu primo e aluno, Carlos Eduardo Oliveira Pinto, companheiros de estrada e de tantas conversas e projetos.

Agradeço de modo muito especial e compartilho com ela essa conquista, pois é capaz de mensurar a alegria que sentiríamos se nossa mãe pudesse compartilhar, a minha irmã Irlane. Te amo demais! Obrigado por tudo sempre!

Não poderia me esquecer de Moça Penha e Seu Lucas, meus pais postiços, sogra e sogro, que sempre me incentivaram, sempre seguraram as pontas e nunca se recusaram, mesmo que lhes custasse algum esforço, a me estender a mão! Meu muito obrigado!

Como disse anteriormente, não é fácil agradecer e, algumas a tarefa é difícil porque faltam as palavras certas para conseguir de algum modo mensurar a nossa gratidão. Para Lenice, faltam todas as palavras! Você é o meu chão, a minha razão, a minha força e o motivo de querer sempre ser um homem melhor, um pai melhor, um marido melhor, um professor melhor, você é o catalisador de todas as minhas boas emoções e sentimentos. E ninguém melhor do que você exclama o que é a felicidade! Em você, eu encontro o meu melhor! Te amo!

Davi e Maria, papai não pode conceber existir sem vocês! Vocês foram o meu ponto de equilíbrio quando os dias eram difíceis! Amo vocês!

E nenhuma dessas coisas ou pessoas cruzaram ou estão na minha vida por acaso, todas, de algum modo, são dádivas de Deus! Ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, seja toda honra, toda a glória e todo o domínio, para todo o sempre! Amém!

RESUMO

A Ciência da Informação é considerada uma ciência pós-moderna, emergente das transformações culturais, políticas e econômicas ocorridas em meados da segunda metade do Século XX. Ao longo dessas décadas, muitas têm sido as conceituações e tentativas de delimitação do campo, nunca se chegando a um consenso quanto a sua configuração epistemológica. No entanto, é certo tratar-se de campo interdisciplinar, sem metodologia própria e sem delimitação conceitual ou determinação de seu objeto de estudo, ensejando a necessidade de estudos epistemológicos que reflitam sobre o seu lugar enquanto campo científico. Dentre os modelos de ciência pós-moderna, entende-se como o mais adequado aquele proposto por Boaventura de Souza Santos, mormente, por conservar uma dimensão positivista, dotando o campo de certa estabilidade. Nesse sentido, a presente pesquisa, seguindo na vereda aberta por Wersig, teve por objetivo a análise das bases epistemológicas nas quais se assenta a Ciência da Informação, refletindo sobre o seu lugar enquanto ciência pós-moderna e, mesmo sobre a sua delimitação conceitual. A análise corroborou que o campo assenta-se sobre bases epistemológicas pós-moderna, mas guardando uma dimensão moderna/positivista no tocante a determinação de seu objeto de estudo, a saber, a informação, ainda que não abarcando-a em sua densidade e complexidade conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; Epistemologia; Modernidade; Pós-modernidade.

ABSTRACT

Information Science is considered a postmodern science, it emerged for the cultural, political and economic changes occurred in the mid second half of the twentieth century. Over the decades, there are produced several concepts and attempts to delimit the field, never reaching a consensus on its epistemological configuration. However, it is certain it's as interdisciplinary field, without proper methodology and conceptual delimitation or without determination of its object of study, occasioning the need for epistemological studies that reflect on your place while scientific field. Among the models of postmodern science, understood as the most suitable one proposed by Boaventura de Souza Santos, mainly by retaining a positivist dimension, giving the field a certain stability. In this sense, this research, following the path opened by Wersig, aimed at analyzing the epistemological foundations on which it rests Information Science, reflecting on his place while postmodern science, and even on its conceptual definition. The analysis confirmed that the field sits on postmodern epistemological bases, but keeping a modern/positivist dimension, regarding the determination of the object of study, namely the information, while not embracing it in its density and complexity conceptual.

KEY-WORDS: Information Science; Epistemology; Modernity; Post-Modernity.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| 1 BEM-VINDOS AO LUGAR CHAMADO VERTIGEM | 19 |
| 1.1 A ponte (ou sobre o conceito de informação) | 36 |
| 2 E O SAGRADO SE TORNOU HILÁRIO | 41 |
| 2.1 Velhas verdades ou ideias à deriva | 51 |
| 3 CIÊNCIA, INFORMAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE | 56 |
| 3.1 Maçãs verdes sobre a minha cabeça ou a ciência (pós-moderna) da informação | 61 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 77 |
| REFERÊNCIAS | 80 |

“A informação sintoniza o mundo, pois referencia o homem ao seu passado histórico, às suas cognições prévias e ao seu espaço de convivência, colocando-o em um ponto do presente, com uma memória do passado e uma perspectiva de futuro; o indivíduo do conhecimento se localiza no presente continuo que é o espaço de apropriação da informação.”

Aldo Barreto

INTRODUÇÃO

*Hey Mr. DJ
Put a record on
(Music, Madonna)*

*All my life I've been searching for something
Something never comes never leads to nothing
Nothing satisfies but I'm getting close
Closer to the prize at the end of the rope
(All My Life, Foo Fighters)*

*Something circling inside,
Spaciously you fly
Infinite and wide,
Like the moon and sky
Collide
(A Beautiful Collision, David Crowder Band)*

A Ciência da Informação é uma das novas ciências emergentes na segunda metade do século XX, precisamente no período conhecido como *Pós-Guerra* (BARRETO, 1992, p. 27; BICALHO e OLIVEIRA, 2011, p. 87; BROOKES, 1976; CAPURRO e HJØRLAN, 2003; MIRANDA, 2011, p. 17; PINHEIRO, 2011, p. 59; SARACEVIC, 1996, p. 42; SOUZA, 2007, p. 55; SOUZA, 2011, p. 38).

Para Barreto (2002, p. 69), a Ciência da Informação nasceu em 1945, a saber:

O artigo de Bush apareceu primeiro em 1939, em uma carta ao editor da revista *Fortune*, teve sua histórica versão no periódico *Atlantic Monthly* e posteriormente a revista *Life* fez várias observações e chamadas sobre o trabalho. Isso era o máximo de exposição, que uma questão, nesse caso um problema de informação, poderia ter na mídia da época. Vannevar Bush pode ser considerado o precursor da ciência da informação e 1945 a data fundadora com a publicação de seu artigo; ele indicou uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, que envolvia: profissionais, instrumentos de trabalho para armazenagem e recuperação da informação; argumentou sobre o desuso das condições teóricas da representação da informação para processamento e armazenagem e recuperação.¹

¹ Em mesmo sentido, Pinheiro e Loureiro (1995): “Semelhante a algumas outras áreas científicas interdisciplinares, a ciência da informação possui as raízes embrionárias nesse período histórico, mas é na década de 60 que são elaborados os primeiros conceitos e definições e se inicia o debate sobre as origens e os fundamentos teóricos na nova área, período em que identificamos marcos, na tentativa de melhor demarcá-la, assim como de estabelecer relações interdisciplinares com outros campos do conhecimento e vislumbrar qual a atuação dos também novos profissionais”.

No entanto, não é pacífico o entendimento da data de sua origem, como se apreende da leitura de Freire (2006), quem sustenta que as bases da Ciência da Informação se encontram na utopia planetária de Otlet e La Fountaine, ao tratarem pela primeira vez a informação em si mesmo. Reconhece-se a importância de Otlet e La Fountaine, mas, a priori, pensar de tal forma poderia levar a uma conclusão reducionista da Ciência da Informação ou mesmo de seu objeto, atrelando-a (ou reduzindo-a) apenas a documentação (MIRANDA, 2001).

Marcado pelo advento da Guerra Fria e de seu singular contexto geopolítico (*bipolarização ideológica*), o pós-guerra viu florescer novos interesses, motivados, em menor ou maior grau, pela corrida armamentista e pela florescência de um mercado globalizado. Nesse período, o homem passou a olhar as estrelas almejando conquistá-las, buscando o estabelecimento de novas fronteiras, ou seja, almejando a conquista de territórios alcançados apenas pela imaginação.

Entretanto, se com os olhos voltados para o espaço esta era a intenção, ao voltar-se para a Terra a situação não era muito diferente. As duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, buscavam novos aliados, estabelecendo novas relações político-econômicas e, com isso, alargando as suas fronteiras. Impera a política da repressão e da interferência (direta ou indireta) nos conflitos e nas políticas governamentais locais, bem como faz surgir uma *era do medo*, alicerçada na possibilidade constante de uma hecatombe nuclear (HOBSBAWN, 1995, p. 223ss.).

No âmbito social, as instituições consideradas sagradas e estáveis, começaram a demonstrar sinais de desgaste. Tais instituições, outrora consideradas *sólidas*, e nas quais se encontrava o alicerce da “sociedade” – leia-se da *classe dominante* –, se liquefizeram, denotando fragilidade e/ou incompatibilidade com o surgimento de novas demandas e atores sociais (BAUMAN, 2001, p. 9).

Destarte, os papéis anteriormente bem definidos e delimitados perdem seus contornos preestabelecidos e se apresentam ambíguos e confusos, bem como o espaço antes ocupado por certos grupos sociais passou a ser dividido com grupos anteriormente alheios, externos, distantes. Com isso, o perfil de família, do mercado de trabalho, dentre outras instituições, sofreram os

impactos profundos e determinantes de uma mudança (aparentemente) irreversível.

Ocorre a materialização dos discursos e *slogans* ideológicos propagados por movimentos e grupos organizados em manifestações de cunho revolucionário – perceptíveis nos movimentos pela democracia latino-americana, pela independência do colonialismo africano, contra a Guerra do Vietnã, contra o autoritarismo ou às formas de opressão racial², sexual³, de gênero⁴ e, mesmo, cultural⁵.

A ideia de um cidadão igual, concebido na modernidade, não mais se adequa as novas intenções e ambições sociais. Em verdade, surge e desponta a era da diversidade (cultural, sexual, racial, de gênero etc.). A ideia da diferença impõe-se mais sedutora que a da igualdade (PIERUCCI, 2000).

Os ventos da mudança começaram a apontar em uma nova direção, se o século XVIII viu florescer o processo de secularização social e o conhecimento científico embasado na razão, o século XIX aprofundou ainda mais os processos iniciados e, no século XX, novas direções começaram a ser apontadas, desconstruindo, em certa medida, os processos e verdades extraídas do século XVIII, comprovando a tese de Marx e Engels (2011, p. 14) de que “tudo que é sólido desmancha-se no ar”. Aliás, o derretimento dos sólidos é apontado por Bauman (2001, p. 12) como “ traço permanente da modernidade”.

² Mesmo com as legislações abolicionistas e a afirmação constitucional e internacional da igualdade princípio concretizador da dignidade da pessoa humana, as luta pela conquista de direitos civis e de integração racial foram latentes em diversos países, a exemplo da África do Sul e Estados Unidos da América. Recentemente, há a proliferação de legislações de correção social, ou seja, leis de conteúdo inclusivo para garantir a correção de desigualdades sociais decorrentes de um processo de abolição precipitado e sem estrutura de incorporação da população recém liberta nas estruturas socialmente estabelecidas. A respeito: ODALIA, 2003. p. 159-169.

³ A esse respeito, CASTELLS (2000, p. 40): “Apesar de todas as dificuldades do processo de transformação da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e enfraquecido em várias sociedades. Desse modo, os relacionamentos entre os sexos tornaram-se, na maior parte do mundo, um domínio de disputas, em vez de uma esfera de reprodução cultural. Houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, consequentemente, da família, sexualidade e personalidade”. Ainda: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 265-309.

⁴ A esse respeito: ANJOS, 2002.

⁵ Um exemplo das transformações culturais ocorridas nesse período ou de movimento de oposição às tradições culturais, religiosas, morais e políticas desse período encontra-se no movimento *hippie*, objeto de um documentário produzido e veiculado pelo *History Channel*, o qual se encontra disponível integralmente no site *YouTube*, no link a seguir: <http://www.youtube.com/watch?v=xBQbvtgR5-4>. Acesso em: 07 jul. 2012.

Os séculos XIX e XX viram florescer a multiplicidade de atores sociais, bem como de demandas cada vez mais específicas. O homem universal (BOBBIO, 2004) surgido com o despojamento do valor das diferenças culturais (PIERUCCI, 2000, p. 21) – consagrado pela Modernidade – cede ao homem contemporâneo (ou *pós-moderno*), quem se caracteriza pela *especialidade*, *especificidade* e *individualidade*, estando conectado a demandas específicas, sendo levado a um grau de concretude incompatível com o ideal moderno, enxertando o *individualismo* ao revés do *universalismo*.

A ênfase não reside mais na *igualdade*, mas na afirmação das diferenças. Não se trata mais do direito de ser igual, mas do *direito de ser diferente* (PIERUCCI, 1999, p. 31ss.). Sob essa ênfase na diversidade, na liquidez das relações, na insegurança dos dogmas, na soberania do discurso e do relativismo e do pluralismo/anarquismo metodológico concebe-se a denominada *pós-modernidade*⁶. Com ela, instaura-se uma incômoda sensação de *estranhamento*, de não pertencimento, causada pelo distanciamento entre o *homem moderno* e o *homem contemporâneo* (ou *pós-moderno*).

Na pós-modernidade, concebe-se que sem a abstração necessária a sua concretização, os ideais modernos não seriam suficientes ou adequados para explicar a realidade social, bem como seus parâmetros e paradigmas tornam-se inadequados à construção do conhecimento científico. Assim,

[...] florescem teorias e paradigmas como os seguintes: estruturalismo, hermenêutica, teoria sistêmica, teoria da ação comunicativa, interacionismo simbólico, marxismo analítico, individualismo metodológico, escolha racional, método genealógico, morte do sujeito, declínio do indivíduo, bricolagem, método aforístico e outros; sem esquecer ressurgências como o neoevolucionismo, o neofuncionalismo, o neopositivismo. São novas perspectivas de reflexão, ou reelaborações de perspectivas conhecidas, por meio das quais os cientistas sociais estão procurando dar conta dos dilemas que a razão clássica não resolveu. [...] É como se a modernidade estivesse sendo substituída pela pós-modernidade. O descrédito da razão comprometida com a explicação do 'por que' e 'como' dos fatos tem levado à busca da razão comprometida com a compreensão do sentido dos signos. Em lugar das abrangências e dos movimentos, as singularidades e as situações. Em vez de tensões,

⁶ Neste trabalho os vocábulos *pós-modernidade* e *pós-modernismo* foram empregados como sinônimos, mesmo se estando consciente da diferenciação feita por Giddens (1991, p. 51ss.). Deu-se preferência ao uso do vocábulo *pós-modernidade*, mas algumas citações empregam o segundo termo, ainda que se referindo ao primeiro.

antagonismos ou antinomias, as identidades, consensos ou complementaridades. Quando se trata de descontinuidades, são inocentes de contradições. (IANNI, 2011, p. 101).

Francelin (2004, p. 51) leciona:

O mito da ciência que tudo explica e que a tudo domina tendo por fundamento uma razão que se considera única e universal, começa a sofrer críticas dentro da própria modernidade. O século XIX comporta parte das críticas contrárias às doutrinas e aos dogmas defendidos pela razão “absoluta”. Trata-se de um princípio de desligamento que nasce a partir das abordagens de, por exemplo, Nietzsche (1844-1900), Schopenhauer (1788-1860) e Kierkegaard (1813-1855). A razão está em crise (Novaes, 1996; Feyerabend 1991) e necessita de “novas” abordagens. Mais adiante, em finais do século XIX e início do século XX, a própria ciência, em sua vertente experimental, depara-se com um universo que se forma e se transforma muito além de suas possibilidades de explicação. Apesar das controvérsias em torno do término da Idade Moderna, toma-se como referência para o surgimento de um “novo” período o século XX. Este período é chamado de Pós-Moderno. A pós-modernidade é marcada por profundas transformações em diversos setores do conhecimento e do próprio cotidiano humano. Os avanços industriais, as guerras, o comércio, a produção em massa, a divisão política e econômica dos países, assim como o impulso tecnológico, interferem e sofrem interferência quase que direta do pensar e do fazer ciência. Estas questões fazem com que o ser humano se obrigue a ter posturas diferenciadas, ou seja, cada vez mais o mundo se pluraliza. A pluralização, por sua vez, também exige um pensamento plural.⁷

Promotora de transformações profundas nas mais variadas instituições sociais, a pós-modernidade vê surgir novas demandas e campos de conhecimento (inclusive científico), incompatíveis com o paradigma positivista, o que permitiu a alguns de seus críticos, concluir que se trata da *morte da modernidade*, como bem ilustra Rouanet (1987, p. 20):

A modernidade econômica está morta, porque sua base era a industrialização, que foi substituída por uma sociedade informatizada que se funda na hegemonia do setor terciário, o que significa que transitamos para um sistema pós-industrial; a modernidade política está morta, porque se baseava num sistema representativo e no jogo dos partidos, que deixaram de fazer sentido num espaço público dominado pela ação dos movimentos micrológicos, como o feminista e o dos homossexuais, e pela ação de um poder que não está mais localizado no Estado, e sim numa rede capilar de disciplinas, que saturam os interstícios mais minúsculos da vida cotidiana; e a modernidade cultural está morta, em todas as suas manifestações – na ciência, na filosofia e na arte.

⁷ Mais sobre o tema: KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial a pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Nesse contexto, é que emerge a Ciência da Informação. De fato, os pesados investimentos em novas tecnologias de informação (TICs), durante a Segunda Guerra Mundial, inicialmente utilizadas para fins bélicos, mas *a posteriori* também estendido a população civil, causando uma verdadeira revolução, faz emergir uma nova sociedade⁸.

Não há consenso sobre o que rege essa “nova” sociedade. Kumar (1997) apresenta diferentes denominações, as quais resultam em diferentes e múltiplos aspectos dessa sociedade: *sociedade da informação*, *sociedade pós-industrial*, *pós-fordista*, *pós-moderna*. Bauman (2001) prefere usar a denominação de *sociedade líquido-moderna* para classificá-la, enfatizando a liquidez das relações humanas, o crescente criticismo (ainda que de uma crítica desprovida de força) e do consumo (segundo o autor, a sua principal característica). Por sua vez, Castells (1999) prefere utilizar a expressão “*era da informação*”, enfatizando a relevância da informação para a presente sociedade.

De fato, com o estímulo a produção de novas tecnologias era necessário se lidar com a *informação científica*. Nesse sentido, era preciso se pensar em um meio ou em meios adequados para acesso e uso da informação. Como não bastasse, a informação adquire um *status político*, sendo uma riqueza necessária e preciosa às nações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011b). Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Albagli e Maciel (2011, p. 13):

Com a crise do fordismo, desde a década de 1970, demonstrando-se mais claramente os limites da rigidez da organização taylorista do trabalho, bem como da produção em linha de montagem para fabricação em escala de produtos idênticos (produção em massa para um mercado de consumo de massa), abre-se espaço para a flexibilização de processos produtivos e do próprio trabalho. Nesse contexto, as TIC encontraram ambiente propício ao seu desenvolvimento e difusão, juntamente com um conjunto de outras tecnologias “genéricas”, como a biotecnologia, os novos materiais, a optoeletrônica e a nanotecnologia, altamente intensivas no uso de informação, com implicações diretas no processo produtivo.

Esse fato tem “permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial.” (WERTHEIN, 2000, p. 72). Em mesmo sentido, entende-se que

⁸ A esse respeito, recomendamos a excelente tese de SOUZA, 2011, p. 17ss.

[...] A grande reivindicação em favor da informação teve sua origem em certos progressos revolucionários obtidos naquela época [final da década de 1940 e início de 1950] na tecnologia do controle e da comunicação – a ‘tecnologia da informação’, ou TI, como veio a ser chamada. O nascimento da informação não só como conceito, mas também como ideologia, está inextricavelmente ligado ao desenvolvimento do computador durante os anos da guerra e no período imediatamente posterior.

A ocasião e o ritmo de crescimento indicam a estreita relação entre o computador e as necessidades militares crescentes do Ocidente, sobretudo da forma como eram interpretadas nos Estados Unidos. Componentes fundamentais do computador, como os circuitos elétricos miniaturizados, foram desenvolvidos pelos americanos para usos militares específicos durante a Segunda Guerra Mundial – neste caso, os detonadores remotos para bombas. O computador eletrônico digital em si surgiu principalmente para realizar cálculos balísticos e análises que resultaram na bomba atômica. Os centros de pesquisa civil, onde ocorreram a maior parte desses progressos, como o *Bell Laboratories*, da AT&T, foram na maior parte financiados pelo governo americano no tempo da guerra e supervisionados por órgãos públicos como o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, sob a direção de Vannevar Bush. (KUMAR, 1997, p. 19)

Mattelart (2006, p. 53s.) corrobora ao escrever:

Em 1936, o inglês Alan Turing (1912-1959) formula um novo princípio técnico: a ideia de programa gravado e a de quadro dos estados que descrevem o problema a ser tratado. Capaz de encarnar todo ‘procedimento bem definido’, sua máquina dá forma à ideia de ‘máquina universal’. Em sintonia com a descoberta do mecanismo ‘cérebro’ nos humanos, ela traça linha de acesso à construção de um ‘cérebro eletrônico’. As hostilidades abertas, os precursores das máquinas ou de teorias em relação com a futura informática são parte envolvida no esforço de guerra. Três frentes contribuem para o progresso das grandes calculadoras: a decodificação da correspondência estratégica do inimigo, as tabelas de tiro de uso da artilharia antiaérea e a bomba atômica (Projeto Manhattan). É assim que, a partir de 1939, Alan Turing é recrutado pelo *Intelligence Service* para descobrir o segredo das máquinas codificadoras eletromagnéticas *Enigma* criadas pela Alemanha no entreguerras. Nos Estados Unidos, Claude Elwood Shannon, pesquisador dos laboratórios Bell, também se dedica à criptografia, enquanto o especialista em cibernetica Norbert Wiener, trabalha no quadro do projeto balístico. Todos os projetos americanos estão vinculados ao programa do *US National Defense Research Committee*. O responsável por ele é Vannevar Bush, que, no início dos anos 1930, criou o analisador diferencial, primeira calculadora analógica completa.

Com isso, tem-se a formação dos *thinks tanks*, repositórios de ideias com finalidade de armazenamento das informações de pesquisas para

proporcionar um acesso mais eficaz a estas informações e possibilitar o seu uso pelos militares. (MATTELART, 2006). “Polivalente e pluridisciplinar, esse tipo de reservatório de ideias se revelará pouco a pouco um local estratégico na produção de um saber orientado para o planejamento da sociedade do futuro” (MATTELART, 2006, p. 59).

Além disso, a Guerra Fria denota a importância militar da informação (RIBEIRO, RIBEIRO e FÉRRIZ, 2008, p. 2), com a criação das agências de inteligência – espionagem e contraespionagem – em diversos países, bem como aponta para a crescente importância socioeconômica da informação. A esse respeito, escreve Lafer (2011, p. 11s.):

[...] Robert Darnton aponta quatro mudanças básicas relevantes na configuração do horizonte da informação, no correr da história humana. A primeira é a descoberta da escrita, que permitiu a acumulação de informações sobre o passado, superando, por meio do aparecimento do livro, a precariedade da memória da tradição oral. A segunda é a passagem do livro, do rolo para o códex, que ajudou a experiência da leitura ao facilitá-la. A terceira é a descoberta da tipografia que, graças à invenção de Guttenberg, foi tornando o livro e os panfletos acessíveis a um número crescente de leitores. No âmbito desta descoberta o papel proveniente da celulose da madeira, a linotipia e a impressão em larga escala levaram, nos séculos XIX e XX, à grande imprensa e a um novo horizonte para a informação com a criação de público de massa. Os modos de atingir este público adquiriram novas características e impacto com o rádio, que ampliou enormemente o alcance da voz humana, e com a televisão que permitiu gravar e transmitir, também com enorme alcance, a imagem das pessoas. O rádio e a televisão tornaram viáveis, com aponta John B. Thompson, uma simultaneidade no espaço do processo de transmissão de informações, alargando ainda mais o horizonte da informação. [...] A mais recente e vertiginosa transformação no horizonte da informação foi a trazida pela Revolução Digital. Esta ampliou de maneira inédita a escala do armazenamento de documentos e a ubiquidade do potencial de sua divulgação pela internet. Ampliou, concomitantemente, a facilidade do acesso e da pesquisa à informação. Blogs, websites, redes sociais, o Google são exemplos vivos de uma nova realidade, tanto que numa sociedade em rede o espaço aberto da internet é mais utilizado para a obtenção de informações do que a consulta a documentos impressos e a autoridades públicas, empresariais, sindicais, ou a porta-vozes de qualquer natureza.⁹

⁹ Ainda sobre sua importância, mesmo para os povos ágrafos – assim chamados os povos sem escrita (CASTRO, 2006, p. 07) –, afirma FREIRE e FREIRE (2010, p. 12): “Nesse período, quando ainda não existia o registro escrito das informações, estas eram transmitidas e perpetuadas através de narrativas míticas, que davam conta tanto das informações práticas para o grupo social, como, por exemplo, o local onde haveria mais caça em determinada época

Destarte, com o crescente fluxo de informação, surge a necessidade do desenvolvimento de um campo do conhecimento científico específico, que encontre mecanismos adequados à indexação, armazenamento, recuperação e o uso da informação. Esse novo campo deve despender esforços para analisar a informação enquanto objeto de estudo, diversamente dos demais campos do conhecimento científico para o qual a informação é *elemento*, mas não *objeto de estudo*¹⁰.

Esse novo campo do conhecimento científico que lide com a informação, prescinde necessariamente tratar das TIC's, as quais, por meio de sua disseminação, “modificaram aspectos fundamentais, tanto da condição da informação quanto, da condição da sua distribuição”, uma vez que “modificaram radicalmente a qualificação de tempo e espaço entre as relações do emissor, com os estoques e os receptores da informação.” (BARRETO, 2007, p. 28). Além disso, trata ainda do processo de comunicação, enfatizando a informação enquanto elemento integrante desse processo.

Assim, a necessidade de um novo campo do conhecimento científico justifica-se pela elevação do *status* da informação a objeto de estudo, demandando a construção de um conceito de informação capaz de individualizá-la dos demais processos em que está envolvida. Nesse sentido, fala-se em Ciência da Informação¹¹, que na definição de Borko (1968, p. 3)

do ano, ou a criação de um arquétipo coletivo para atender às necessidades de informação da comunidade. Em outras palavras, a informação sempre foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade humana, propiciando o seu crescimento e, consequentemente, trazendo progresso para a população. (...) Assim, desde o momento inicial da evolução da humanidade, a informação, no sentido geral de comunicação, esteve presente através da técnica e da linguagem, ou seja, da maneira de fazer determinados objetos, como roupas, armas, armadilhas, mapas, entre outros, e da forma de transmitir o conhecimento sobre esse ‘fazer’. Por sua vez, a técnica, como linguagem, é criada em uma determinada cultura, de acordo com as suas necessidades econômicas e sociais, e irá evoluir de acordo com o contexto em que se encontra”.

¹⁰ “Por mais que a noção mais recorrente de informação remeta a algo que existe desde que o mundo é mundo, a informação enquanto problema de investigação surge apenas no período pós-guerras, associado ao que se convencionou chamar ‘explosão da informação’” (FERNANDES, 1995, p. 27).

¹¹ Aqui adotamos a posição de BARRETO (2007, p. 20), quando afirma: “Vannevar Bush pode ser considerado o pioneiro da ciência da informação e 1945 sua data fundadora pela publicação do seu artigo; ele indicou uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, que envolvia: seus profissionais, seus apetrechos de trabalho e falta de condições teóricas para embasar a representação da informação para processamento e armazenagem e recuperação.” Longe de polêmicas, cabe ressaltar que há toda uma gama de ideias, encontros e teorias antecedentes que contribuíram para o seu surgimento: “A CI é um campo que se interconecta historicamente com diversos eventos. Nessa direção, Freire (2006) aponta para a contribuição da Utopia Planetária de Otlet e La Fontaine como a origem para a

[...] é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processamento, aceitabilidade e usabilidade. Investiga o corpo do conhecimento que se relaciona com a criação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação, e utilização da informação. Incluindo as investigações tanto em sistemas naturais como em artificiais, o uso de códigos de transmissões de mensagens eficientes, e o estudo da informação processada por dispositivos e técnicas como computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar relacionada a diversos campos do conhecimento científico como matemática, lógica, linguística, psicologia, ciências da computação, pesquisa de operações, as artes gráficas, comunicações, ciência de biblioteconomia, gestão [Administração], e outros campos semelhantes. Tem tanto um componente de ciência pura, que investiga e se submete à sua aplicação, como um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos.¹² (tradução livre)

Com a definição supra, resta claro a *natureza interdisciplinar* da Ciência da Informação – doravante tratada como CI. Para Saracevic (1996, p. 42),

Três são as características gerais que constituem a razão da existência e da evolução da CI; outros campos compartilham-nas. Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada.

CI, e destaca a contribuição de Otlet na expansão do conceito de documento para uma gama de produtos informacionais que surgem com a revolução industrial. Diversos autores afirmam que o marco oficial da denominação CI data do início da década de 1960 a partir de eventos promovidos pelo *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos, nos quais cientistas, escritores e filósofos estrangeiros debateram a criação de tecnologias de informação como consequência natural do crescimento da produção científica que redundou na multiplicação dos periódicos científicos (FREIRE, 2006). A primeira tentativa de formalizar o conceito do que seria a CI, enquanto campo de investigação surgiu como resultado das conferências do *Georgia Institute of Technology*, realizadas entre 1961 e 1962 quando autores como Shera e Cleveland vão conceber essa área de conhecimento como “a ciência que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótimas” (SHERA; CLEVELAND, 1977, p. 265), atentando para os processos de disseminação, coleta, organização, recuperação, interpretação e uso da informação e suas relações interdisciplinares com disciplinas tais como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia da computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração, dentre outros campos.” (OLIVEIRA, 2010, p. 36-37).

¹² No original: “[...] is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces of governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability. It is concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. This includes the natural and artificial systems, the use of codes for efficient message transmission, and the study of information processing devices and techniques such as computers and their programming systems. It is an interdisciplinary science derived from and related to such fields as mathematics, logic, linguistics, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields. It has both a pure science component, which inquires into the subject without regard to its application, and an applied science component, which develops services and products.”

Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna *em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial*. Terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas três características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta.

O alargamento do conceito de informação, alcançando no fim do primeiro milênio proporções inimagináveis à época do surgimento e/ou consolidação da CI, momento em que se deu incorporação de elementos das Ciências Sociais, da Epistemologia e da Teoria da Comunicação (WERSIG e NEVELLING, 1975), possibilita a configuração de novas relações interdisciplinares, corroborando a afirmação de Saracevic quanto a distância de uma (im)possível completude, aproximando a CI de novos campos do conhecimento científico, como à Física, à Química, às Ciências Contábeis, a Administração e ao Direito (SILVA e RIBEIRO, 2002, p. 148ss.).

O segundo traço tratado por Saracevic (1996) confirma a contextualização de seu surgimento enquanto campo científico, associado a revolução das novas tecnologias de informação e do conhecimento, corroborando e demonstrando a (ainda) atualidade da clássica definição de Borko.

Por último, resta claro seu caráter de Ciência Social, uma vez que se encontra vinculada à sociedade da informação ou, se preferir, sociedade pós-moderna. É certo que a sociedade da informação redefiniu as relações sociais, provocando uma “esquizofrenia estrutural” (CASTELLS, 1999, p. 41), cabendo a CI investigar a relevância e impacto sociais, o fluxo e os regimes de informação, incorporando em sua pesquisa os aspectos políticos e econômicos dessa informação.

Destarte, é possível a CI pesquisar sobre a memória de entidades, instituições (públicas e privadas) de acervos e arquivos particulares; sobre os impactos da informação entre os mais variados grupos sociais e sua interferência em seu cotidiano e em sua transformação política, filosófica e

identitária; sobre a gestão da informação e do conhecimento dentro das mais diversas instituições, ou; sobre o direito de acesso à informação e a sua efetivação no concernente aos arquivos públicos ou às informações sigilosas em repositórios de natureza diversa.

Na área da gestão, por exemplo, ainda nas décadas de 1950 e 1960, sobre o impulso a criação de programas governamentais para controlar a explosão informacional, várias empresas se somaram ao esforço, despertando para a necessidade de gerenciamento das informações e do conhecimento gerado para manutenção e expansão de mercado, mormente sobre a égide do modelo econômico globalizante, materializado, naquele momento, com as *multinacionais*. Informação deixou de ser apenas de interesse de bibliotecários e arquivistas, bem como deixou de ser restrita ao tecnicismo desses campos do conhecimento, e passou a ter relevância econômica e política, impulsionando a criação e o desenvolvimento de modelos de gestão da informação e do conhecimento.

Essa “esquizofrenia estrutural” impossibilita a contenção conceitual do objeto de estudo da CI, qual seja da *informação*¹³. De fato, trata-se de fenômeno complexo e com desdobramento interdisciplinar, impossibilitando a sua delimitação enquanto objeto de estudo (WERSIG e NEVELLING, 1975; WERSIG, 1993).

Não se pode negar que informação é objeto de interesse de todos os campos científicos, mas também não se pode ignorar que nenhum dos campos científicos a estuda isoladamente, anatomicamente, como proposto pelo campo da CI. Entretanto, a indefinição do termo informação – por ela ser, ao mesmo tempo, uma só e várias outras coisas dificulta a sua consolidação como ciência moderna, o que levou Wersig (1993) a concluir tratar-se de *ciência pós-moderna*.

Segundo Araújo (2003a, p. 26), a ciência pós-moderna pode ser definida

¹³ Nesse sentido: “Múltiplos são os domínios a que remete o termo ‘informação’: da cognição, dos textos, dos artefatos culturais, da infraestrutura. Essa flutuação de significado tem certo paralelismo com as dificuldades da Ciência da informação, de constituição de um campo científico, na medida em que a construção de seu objeto deve equacionar oscilações e deslocamentos entre os diversos domínios: cultural, econômico, político; do que se manifesta como processo (energeia) ao que é da ordem do produto (ergon); do que possui referenciais ontológicos ao que se manifesta no modo da cognição.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011a, p. 29)

[...] como o movimento de superação da crise do paradigma científico dominante desde o século XVII, pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a separabilidade dos elementos constituintes da realidade, movimento esse motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, tais como as guerras, os regimes totalitários, a poluição e os desastres ecológicos, a exclusão do acesso ao conhecimento, reforço das desigualdades socioeconômicas, a sofisticação dos instrumentos de dominação (Adorno, Horkheimer, 1990). Fazem parte desse movimento de construção de uma "nova ciência" (Santos, 1996, p. 23-35) as contribuições de Einstein (Teoria da Relatividade), da mecânica quântica (Heisenberg & Bohr), de Gödel (Teorema da Incompletude) e de Prigogine (ordem através das flutuações). Outras perspectivas que aí se incluem (Christóvão & Braga, 1997, p. 35-39) são a Teoria do Caos (Lorenz, Stewart e muitos outros) e a Teoria da Autopoiese (Maturana e Varela). No caso da ciência da informação, a característica mais importante que marca sua postura como uma ciência pós-moderna é a aceitação de sua natureza interdisciplinar em essência: "Constitui-se assim sua interdisciplinaridade, característica cada vez mais presente como componente da Ciência na sociedade atual, em que a magnitude dos problemas enfrentados (ecológicos, étnicos, demográficos) está a exigir soluções inovativas e plurais. A ciência da informação vem se consolidando, então, a partir de elementos emprestados da matemática, da física, da biologia, da psicologia, da sociologia, da antropologia, da semiologia e da teoria da comunicação e de quantas ciências puderem contribuir para sua fundamentação e aplicabilidade" (CARDOSO, 1996, p. 74).

Em verdade, é quase unânime o consenso de uma crise paradigmática da ciência (DEMO, 2011; GRENZ, 2008; PIRES, 2008; SANTOS, 1995, 1989). O paradigma positivista/cartesiano sofreu o desgaste e impacto de críticas ao longo dos anos, que indicariam a sua superação ou necessidade de superação. Ao longo de décadas, críticos, como Weber, Marx, Nietzsche, e mais recentemente, Jacques Derrida, Michel Foucault, Richard Rorty¹⁴ (estes considerados *pós-estruturalistas*, por aplicarem os elementos da teoria crítica literária *pós-estruturalista* ao mundo como o todo), contribuíram para o "sepultamento" do paradigma positivista. Entretanto, longe está de algum consenso a sua superação.

A crise apontou numa nova direção, num novo caminho, num escape, anunciando a emergência de um novo paradigma científico. A corrosão do

¹⁴ "Embora Derrida, Foucault e Rorty sejam influentes nos *campi* universitários, eles constituem tão somente uma vertente de um deslocamento maior do pensamento que se verifica na cultura ocidental. O que dá coesão à diversidade de opiniões do tecido pós-moderno é o fato de ele questionar as suposições centrais da epistemologia iluminista" (GRENZ, 2008, p. 20)

paradigma dominante (leia-se do paradigma positivista), mesmo no campo das ciências exatas, como demonstrado pela Física Quântica, leva a reflexão de um novo modo de fazer ciência, bem como a relativização do conceito de verdade, conduzindo a uma *desdogmatização da ciência* em direção a uma reconciliação com outros saberes, considerados sob a égide do positivismo clássico, como menores ou inferiores (SANTOS, 1989, p. 22ss.).

De ver-se que o novo paradigma, o da *ciência pós-moderna* ou *paradigma emergente* (SANTOS, 1995; 1989) difere do anterior ao dialogar com o senso comum (*conhecimento vulgar*), visando a sua elevação a conhecimento científico, mediado pela análise hermenêutica e retórica dos objetos, opondo-se ao ambiente hermético da ciência positiva – entendida, no contexto, como ciência moderna.

Questiona-se um paradigma que pressupõe a ideia de ordem, separação, redução, estabilidade e razão lógica – um pensamento simplificador que expandiu seu império das ciências físicas às ciências humanas e das ciências às técnicas, associando-se às tecnociências e aportando nas instituições públicas e privadas (MORIN, 1999). Influenciando a produção de um conhecimento, que se pretende utilitário e funcional, é reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente a realidade do homem do que mesmo pela capacidade de refletir e transformar as relações de exploração do próprio homem.

A epistemologia já não é o espaço exclusivo da análise da racionalidade e da linguagem instrumental, mas está inteiramente imiscuída com questões sociais e identitárias. Hoje, postula-se um conhecimento marcado por inquietações, incertezas, fragmentações e desagregações. Essa ciência está em crise, denunciam os críticos. Temos uma crise que inquieta os “espíritos sensíveis”, traz um desconforto e demonstra “sinais de esgotamento”. Tal crise reforçará as tendências mais recentes, segundo as quais a noção de “ciência contextual, contingencial e circunstancial” confere à ciência moderna um estatuto análogo a outras manifestações culturais, como a religião e a arte, tornando-se uma prática mais humana. (AQUINO, 2011, p. 10)

A proposta pós-moderna de ciência é tirar o conhecimento científico do tubo de ensaio, dos laboratórios cinéreos, gelados e desumanos, das mãos de acadêmicos pálidos e esquálidos que, mesmo em um clima quente e tropical estão envoltos em frieza e indiferença, como descritos no *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (2001), e levá-lo às praças, ruas e avenidas. É aproxima-lo das concepções outrora vulgares de conhecimento e atribuir-lhes

respeitabilidade. É extirpar o modelo (antidemocrático e/ou antisocial) de ciência em que “as generalidades são males intelectualmente necessários” (HUXLEY, 2001, p. 10) e curvar-se ao humano, ao sensível. Quer desprover-se de uma razão cartesiana para uma razão sensível, não numa proposta de superação, mas de coexistência. Parafraseando Huxley (2001, p. 10), a ciência pós-moderna é ciência tanto aquela produzida pelos cientistas esquálidos e distantes imersos em laboratórios frios e vestidos com aventais e luvas cinéreas quanto àquela produzida pelos “colecionadores de selo” e pelos “marceneiros amadores” que “constituem a espinha dorsal da sociedade”.

Em sua proposta de ciência pós-moderna, Santos (1989), inspirado em Bachelard¹⁵, propõe uma dupla ruptura epistemológica, sendo uma ruptura com o conceito o conhecimento científico enquanto oposição ao senso comum, seguida de uma segunda que produza a reconciliação do senso comum e do conhecimento científico, por meio da *cientificização* do senso comum, o que acarretaria em um impacto e uma difusão social (uma democratização?) do conhecimento científico que passaria a ser conhecimento comum. De modo que a ciência pós-moderna é uma ciência que se aproxima das outras formas de conhecimento – classificadas, anteriormente, como *conhecimento vulgar* – para chegar as suas conclusões.

Para tanto, não disporá do unitarismo metodológico¹⁶ (esboçado, dentre outros na obra de Durkheim), mas em verdade de uma multiplicidade de métodos disponíveis, adequando ao que melhor atinjam o seu desiderato.

¹⁵ Sobre a perspectiva epistemológica bachelardiana: “Malgrado o pensamento dos defensores mais intensos do materialismo científico, o racionalismo aplicado ou o materialismo racional de Gaston Bachelard se apresenta como um importante aporte epistemológico contemporâneo para a compreensão deste período de transição epistemológica por que vem passando a ciência. Considera-se, particularmente, no domínio epistemológico em que inscreve as heurísticas levantadas nesta pesquisa, que o pensamento bachelardiano se constitui, ao mesmo tempo, em uma ruptura com o pensamento moderno e uma suspeição ao pensamento contemporâneo mais otimista. Não seria prudente e muito menos adequado fazer recortes radicais que impossibilitariam a realização de ajustes teórico-metodológicos neste espaço em emergente construção. [...] A filiação à epistemologia histórico-crítica bachelardiana se deve, em grande medida, à necessidade e também à possibilidade de acomodar o entendimento de que toda ciência é uma atividade histórico-social e, nesse sentido, desenvolve-se a partir de contextos histórico e socialmente determinados. Por outro lado, a prática científica com suas particularidades deve considerar os aspectos teleológicos, que, em última análise, significam tensão constante no campo discursivo científico entre condições teleológicas, e porque não dizer teleepistemológica, e condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção.” (SOUZA, 2011, p. 57ss.)

¹⁶ Pelo unitarismo metodológico, a uma equiparação entre ciências naturais e ciências sociais (SANTOS, 1989, p. 51), com apregoada pelo Positivismo Clássico.

Nesse sentido, Wersig (1993) também afirma ser a ciência da informação pós-moderna, em virtude da ausência de metodologia própria adere, aderindo ao anarquismo metodológico de Feyrabend, que preconiza a inadequação do unitarismo metodológico ao afirmar que o uso de qualquer método, desde que funcione, se adapte, é adequado a pesquisa empreendida.

[...] não existe nenhum ‘método científico’; não há nenhum procedimento único, ou conjunto de regras, que esteja presente em todas as pesquisas e garanta que é ‘científico’ e, portanto, confiável. Cada projeto, cada teoria, cada procedimento precisa ser avaliado por seus próprios méritos e pelos padrões adaptados aos processos com os quais lida. A ideia de um *método universal e estável* que seja uma medida imutável de adequação e até a ideia de uma *racionalidade universal e estável* é tão irreal quanto a ideia de um instrumento de medida universal e estável que meça qualquer magnitude, não importa as circunstâncias. Os cientistas revisam seus padrões, seus procedimentos, seus critérios de racionalidade à medida que vão seguindo adiante e entrando em novas áreas de pesquisa. O argumento principal para essa resposta é histórico: não há uma única regra, por mais plausível e por mais firmemente baseada na Lógica ou na Filosofia em geral, que não seja infringida em um momento ou outro. Tais violações não são eventos acidentais nem resultados da ignorância e da desatenção que poderiam ter sido evitados. Dadas as considerações em que ocorreram, elas foram necessárias para o progresso ou para qualquer outra característica que pudéssemos achar desejável. Na verdade, uma das características mais surpreendentes da discussão recente na História e na Filosofia da Ciência é a compreensão de que eventos como a invenção do atomismo na antiguidade, a Revolução Copernicana, o surgimento do atomismo moderno (Dalton; teoria cinética; teoria da dispersão; estereoquímica; teoria quântica), a emergência gradativa da teoria da onda de luz só ocorreram porque alguns pensadores *decidiram* não ficar limitados por regras ‘óbvias’ ou porque *involuntariamente* as infringiram. De maneira contrária, podemos mostrar que a maioria das regras hoje defendidas por cientistas e filósofos da ciência como sendo um ‘método científico’ uniforme são inúteis – não produzem os resultados que deveriam supostamente produzir – ou debilitantes. É claro, é possível que um dia encontremos uma regra que nos ajude a vencer todas as dificuldades, exatamente como é possível também que um dia encontremos uma teoria que possa explicar tudo em nosso mundo. Uma ocorrência desse tipo não é provável, e estaríamos quase inclinados a dizer que ela é logicamente impossível, mas ainda assim não queremos exclui-la por completo. O ponto é que essa ocorrência ainda *não começou; hoje* temos de fazer Ciência sem sermos capazes de depender de qualquer ‘método científico’ bem definido e estável”. (FEYERABEND, 2011, p. 122s.)

A conclusão a que Wersig (1993) chega é de que a Ciência da Informação só existe enquanto ciência quando compreendida sob o prisma da ciência pós-moderna (ARAÚJO, 2003).

Se não se pode ignorar a crise paradigmática do positivismo científico, não há como negar que ainda não ocorreu a sua superação¹⁷ (como supõe Araújo, 2003), de modo a se poder falar em um “pós” como sinônimo de posterior (KUMAR, 1997).

Mesmo críticos mordazes, a exemplo de Boaventura Santos (1989) reconhece que ainda é necessário o paradigma positivista na construção do conhecimento científico, haja vista a ciência pós-moderna não ter ainda estabelecido um paradigma – ao qual chama de *paradigma emergente* –, mesmo propondo alternativas para sua constituição. Como, então, equacionar essa relação?

Assim, tomando como base esta discussão, este trabalho encontra-se norteado pelo seguinte questionamento: sendo a CI campo de saber que se estabelece no bojo das transformações paradigmáticas, acima descritas, quais seriam as bases epistemológicas que a sustentam? Ou seja, de que ciência da informação se fala?¹⁸ Tendo como objetivo geral, portanto, analisar as bases epistemológicas nas quais se assenta a ciência da informação.

No que tange aos objetivos específicos, busca:

- a) identificar os critérios que a definem como ciência pós-moderna;
- b) configurar epistemologicamente a modernidade e a pós-modernidade;
- c) compreender o modelo de ciência pós-moderna mais próximo ou adequado da atual ciência da informação.

Ora, uma incursão dessa natureza, justifica-se ante a abertura da ciência da informação¹⁹ – considerada como uma de suas características mais marcantes, comumente expressada por meio da *interdisciplinaridade* –, tornando-a um corpo vazio, um receptáculo pronto a ser preenchido com qualquer substância, ou melhor, por qualquer disciplina que convenha, pois

¹⁷ V. nota 16.

¹⁸ Veja-se que não se está a questionar o seu caráter de ciência, como alguns desavisados ou pouco atentos poderiam supor. Entretanto, não se ignora o fato de que, sob a ótica do Positivismo Clássico, a Ciência da Informação não poderia se manter enquanto campo científico.

¹⁹ Brookes (1980, p. 125) afirma: “A estrutura teórica de uma ciência nunca é completa ou fechada, oferece continuamente novos problemas”.

[...] o termo “Ciência da Informação” funciona como mero significante, ou seja, que o mesmo propõe-se como uma forma vazia conceitualmente, podendo ser preenchida circunstancialmente. O termo não se define pelo que é, mas pelas possíveis apropriações que realiza em campos do saber, estabelecidas, via de regra, por associações dependentes do problema investigado. Desse modo, se a questão é de usuário recorre-se à Psicologia, se é de informática documentária recorre-se à Informática, se é de administração de sistemas, recorre-se à teoria da Administração, e assim sucessivamente. (SMIT, TÁLAMO e KOBASHI, 2004)

Esse corpo oco, passível de múltiplas possesões *disciplinares*, constitui um problema na sua consolidação enquanto campo científico, permanecendo em constante estado de transformação, reestruturação e fluidez. É uma ciência que não se quer moderna, que não se cauteriza, mas se permite mover pelo fluxo, como a crosta terrestre movendo-se sobre o magma, pois ainda que não se perceba seu movimento, não se pode ignorar a sua existência. Esse movimento causa certa indefinição quanto aos seus aspectos epistemológicos – e não são raros os questionamentos e/ou posicionamentos se isto ou aquilo é ou não é ciência da informação. Como não bastasse, a juventude da ciência da informação, bem como seu nascimento numa época de profundas mudanças estruturais intensificam os problemas epistemológicos.²⁰

Paira sempre a sensação da dúvida, sempre a necessidade de reafirmação de seu caráter de ciência, de definição do objeto, o qual evolui(?) da *orientação ao usuário*, na década de 60, ao *acesso à informação*, três décadas depois, passando pelo *uso da informação* e pela *satisfação das necessidades individuais de informação* (DIAS, 2011, p. 99s.). Seja qual for a defesa de um objeto, este gravita em torno da informação, que adquire sentidos múltiplos, a depender de sua conexão com usos específicos que lhe seja empregado.

Portanto, as pesquisas de cunho epistemológicos na ciência da informação servem para construção e/ou delimitação de marcos teóricos/conceituais necessários a consolidação de seu campo. Servem, ainda,

²⁰ Em mesmo sentido: “[...] eu notei é que se faz uma dissertação em Ciência da Informação, mas do ponto de vista da matriz teórico-metodológica e conceitual é uma outra coisa, remete para outra área científica qualquer. [...] A Ciência da Informação ainda está tão porosa que não existe, no fundo não existe como ciência, sob o ponto de vista teórico. E aliás, quando existe, ou quando quer existir, há uma fuga relativista de alguns epistemólogos” (SILVA, 2006, p. 114).

para analisar se há ou não precipitação em determinadas conclusões e classificações – a exemplo da sua classificação em ciência pós-moderna.

Em relação à metodologia, faz-se necessário compreender que não se trata apenas um conjunto articulado de métodos, técnicas e instrumentos que o pesquisador lança mão para atingir seus objetivos e, assim, concluir sua pesquisa, mas deve ser apreendida, prioritariamente, como sendo o caminho do pensamento e a prática exercida pelo sujeito para acessar e, concomitantemente, elaborar interpretações sobre a realidade. Entendida desta forma, a metodologia deve apresentar: a) O tipo e natureza da pesquisa; b) o recorte espacial do real e os sujeitos que, por meio de suas ações, produzem o fenômeno que configura como objeto; c) os instrumentos, técnicas e métodos escolhidos para a coleta de dados, e; d) os métodos de organização/sistematização e análise/interpretação dos dados (MINAYO, 2003; LIMA, 2006).

A presente pesquisa configura-se como sendo de *natureza teórica* e de *tipo bibliográfica*, uma vez que se assenta, primordialmente, em fontes secundárias de informações.

No que se refere à organização/sistematização e análise/interpretação das informações que serão apreendidas das leituras da bibliografia delimitada, serão utilizadas as técnicas de fichamento e do resumo informativo e crítico, tendo como base a proposta freiriana da “postura crítica”, onde aquele que se encontra diante do texto assume um papel de sujeito do ato, situando-o histórica, social, política, econômica e culturalmente. (FREIRE, 2007).

1 BEM-VINDOS AO LUGAR CHAMADO VERTIGEM

*Hello hello, (hola!)
 I'm at a place called Vertigo (Donde estás?)
 It's everything I wish I didn't know
 Except you give me something I can feel, feel
 (Vertigo, U2)*

*One last look at visions of flesh
 The last best hope of man on Earth
 Pontius Pilate still washing his hands
 The world don't want to be saved
 Only left alone
 (Elysian Fields, Megadeth)*

Um dos santos cultuado pelos católicos romanos, ortodoxos e umbandistas é São Cristóvão, o padroeiro dos viajantes. A tradição relata que antes de sua conversão ao cristianismo, Cristóvão, que havia servido a Satanás, e tinha a forma de um *cinocéfalo*, ou seja, um homem com a cabeça de um cachorro (ou de um chacal), era um guerreiro que saíra do norte da África, junto a outros cinocéfalos, para povoar e disseminar a sua espécie em todo o mundo, mas houve um encontro que mudou a sua sorte e levou-o a conversão ao cristianismo e a, sua consequente, transformação em humano²¹.



Figura 1 São Cristóvão, ícone bizantino (Museu de Atenas).

²¹ Outras informações: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cinoc%C3%A9falo>.

A lenda de Cristóvão incute uma lógica excludente comum desde a Idade Média, que alimenta a superioridade de uma determinada verdade em detrimento de outra, a prevalência de um discurso (carregado de autoridade, por ser proferido por instituições dotadas de poder político e/ou militar) sobre os demais discursos, os quais deveriam ser sufocados e eram frequentemente rotulados como ameaça ou heresia.

Na Idade Média, o discurso religioso de matriz católica era essa verdade incontestável e quem não o proclamassem ou o praticasse seria digno da morte ou considerado inumano e, portanto, indigno de existência. Nesse sentido, não são raros os relatos, inclusive oficiais da igreja, de criaturas e seres encantados (mágicos) de natureza indefinida, mas considerados tão reais quanto o próprio homem, que habitavam bosques, florestas e terras distantes. Seres híbridos, como os cinocéfalos, homens com guelras, vampiros, mortos-vivos e toda uma plêiade de criaturas que transitam entre uma natureza humana, angelical ou demoníaca²². Em verdade, esses monstros povoam a terra e assombram a ordem estabelecida socialmente, ameaçando o modo de vida cristão – com seus rituais, crenças e virtudes –, mas, em outro sentido, reforça o domínio e o poder estabelecido pela igreja sobre os humildes e pouco letRADOS fiéis.



Figura 2 Mapa-Múndi da Catedral de Hereford, Inglaterra.

²² BARTLETT, R. *Inside The Medieval Mind: Knowledge*. BBC, The Open University, England, 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dze6Awcyogg>. Acesso em: 08 ago. 2012.

O mapa-múndi da Catedral de Hereford (fig. 02), na Inglaterra, ilustra bem a perspectiva de mundo do homem medieval, pois é possível enxergar seres mitológicos (como monstros marinhos, monopodes etc.), terras habitadas por demônios, animais pré-históricos, dentre outros. Observe que tais seres habitam terras distantes do centro (onde se veem camponeses, guerreiros e santos, homens de fé). Noutras palavras, o mapa-múndi de Hereford representa, de forma visual, aspectos do conhecimento da mente medieval, denotando a “normalidade”, isto é, a proximidade ou semelhança de Deus dos povos do centro e o temor ou a ignorância do desconhecido, do além das fronteiras, dos bosques, das florestas (encantadas).

No entanto, nem só de magia consiste a Idade Média, haja vista muitos dos aspectos da cultura moderna se encontrarem enraizados na cultura medieval, mormente nas cidades, que distantes do campo, contribuíram para a construção de valores que influenciaram o surgimento da Modernidade.

As cidades medievais foram, sem dúvida, aquelas que mais contribuíram para a formação do mundo moderno, não só por se oporem ao campo e à vida rural, mas por introduzirem novos valores, decorrentes de relações e experiências da vida universitária, da movimentação da Igreja e das ordens religiosas e, especialmente, da dinâmica comercial que desenvolvem.

Essas cidades, além de serem extremamente dinâmicas, registraram em suas paisagens as novas sociabilidades. Foi nelas que os homens se deram conta de que tinham história, nelas iniciaram um processo de autoconhecimento que os movimentou em direção à transformação da natureza e à reflexão sobre novas modalidades de religiosidade. As atitudes cosmopolitas e tolerantes também se originaram desse novo viver urbano, revelando um horizonte de possibilidades que abriu ao homem o cosmos, um universo novo de ideias e de coisas.

Aos poucos, as cidades passaram a se constituir de referência e de informação, requerendo novas técnicas e novas tecnologias de produção e de habitação. As cidades passaram a representar riqueza e o luxo, permitindo a comparação direta e a verificação empírica dessas novas formas de apropriação de lugares no mundo. Só no espaço urbano era possível perceber a diferença entre os homens e valorizá-la. Com a introdução dessas novas qualidades urbanas os marcos da ordem feudal eram lentamente destruídos.

Desse modo, é a atmosfera revelada por essas cidades que anuncia o novo mundo moderno. Esse período, conhecido como Baixa Idade Média, é exatamente aquele no qual é possível observar o início de um movimento em direção ao processo de secularização do mundo, pois a cidade amplia o horizonte do pensamento e da vida do homem por meio das

informações que fornece a todo o momento. A consequência direta disso é a valorização da vida ativa e a introdução de uma nova noção de trabalho.

[...]

Essas novas condições provocam, entretanto, contradições que alteram, aos poucos, os poderes medievais tradicionais. De um lado, porque abrem novas oportunidades de constituir riqueza – seja nas áreas rurais, com a alteração da renda e da produção e, com elas, as mudanças que exigiram renovação técnica, seja na cidade, com o avanço das atividades artesanais, fundamentais para a vida urbana.

A exposição desses três poderes na cidade, principalmente do clero e da nobreza, demarcou o espaço urbano entre o palácio e a catedral, mas ambos só ganharam relevância porque estavam ligados à praça, lugar do movimento, do novo comércio e das novas relações sociais. O novo poder dos burgueses agiu como impulsionador da nova política na cidade. Esses três poderes determinaram nas cidades ordem e organização e produziram novas relações políticas que resultaram em novas instituições administrativas, de início ainda ligadas aos poderes isoladamente, mas aos poucos reguladoras de cada um deles. Esse governo das cidades partia da necessidade de atribuir a elas um novo lugar no mundo medieval. Para serem eficazes, esses novos poderes tinham de estar acima das tradições de cada um dos poderes convencionais e, ao mesmo tempo, garantir a cada um deles autonomia. Isso só poderia ser realizado se houvesse um pacto entre interesses tão diferentes. O resultado foi o desenvolvimento do Estado estamental e a necessidade uma assembleia que regulasse a vida política coletiva. Estava definida a origem das repúblicas renascentistas. (FALCON e RODRIGUES, 2006, p. 65-66).

Se a praça é a nova ágora – o espaço das relações sociais, das discussões públicas, das anunciações e reuniões religiosas, dos eventos públicos, dos debates políticos etc. –, ela passa a ter fundamental importância para o surgimento da modernidade, pois quebra o isolamento e conduz o indivíduo à cidadania, bem como o constrói a ideia do público; transforma a relação do homem com o espaço, atribuindo-se ao mesmo significado, dotando-o de poder e levando-a a conscientização de que se pode mudar ou transformar a realidade que os envolve.

Nesse sentido, Marshall Bermam (2007, p. 12ss.) descreve Brasília como uma das cidades mais inóspitas do mundo, pois em sua concepção foi expurgada as praças, mantendo (e impulsionando) a um distanciamento, isolamento e controle social. De modo, a compreender ser o projeto de Brasília, mais adequado a capital de uma ditadura que de uma democracia. Brasília, de arquitetura pós-moderna, parece ter incutido o desejo de modernidade de uma

nação e de um povo, mas sem conseguir concretizar o seu projeto adequadamente (BERMAM, 2007, p. 13). Assim, a supressão de um elemento medieval na arquitetura urbana ocasionaria danos à maneira como a sociedade decidiu e escolheu se estruturar e viver. Provoca retrocesso e prova que a *coexistência* entre elementos temporalmente diversos é necessária para se manter o delicado equilíbrio daquilo que se convencionou chamar realidade.

A poeira das velhas estruturas e instituições humanas permanece no ar, decaindo lentamente sobre as (novas e velhas) formas alteradas, transformadas ou criadas. Dessa feita, não se pode conceber a classificação exata, estanque, estática de que cada coisa possui o seu devido lugar ou que tudo que é sempre será. Em verdade, a única coisa que permanece estável é a *instabilidade* das coisas, pessoas, valores, estruturas e instituições, isto é, não há linearidade ou limites claros e definidos entre a cosmovisão medieval, moderna e pós-moderna, mas um arco, um estado (des)contínuo(?) de reflexão acerca daquilo que é posto e contraposto, abarcando transformações profundas nos modos de produção do conhecimento – apontando, em certa medida, para a perspectiva dialética.

Se a ausência – quase profética – das praças em Brasília culminou na arquitetura de um golpe militar, como pressupõe Bermam, é também certo que se encontraram novas formas e meios de se manifestarem publicamente²³. Quer-se, com isso, dizer que na ausência de algumas estruturas não significam necessariamente a ausência dos valores que elas concentram. Se Brasília soa cinérea e funcional a um primeiro olhar, mostrar-se-á pulsante, heterogênea e vigorosa culturalmente. As ideias e as manifestações – por vezes, pueris – encontram lugar seguro em suas estruturas.

Ainda que seja possível as velhas estruturas físicas ruírem, ainda que as tradições possam se desfazer de seus antigos rituais, sempre haverá de persistir um ranço capaz de levá-las adiante ou de adaptá-las a uma sobrevida. Na pós-modernidade, percebemos que elementos medievais retornam com novas roupagens, passando a coexistir com elementos da modernidade. Certamente, a necessidade humana de segurança e estabilidade faz conservar

²³<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/manifestantes+lavam+congresso+e+molham+policiais+em+brasilia/n1597198687713.html>.

como (mal) necessário a permanência de conceitos, tradições, rituais e estruturas, mesmo que reconheça a necessidade de transformá-las.

Entretanto, há ojeriza a frieza metodológica, a limitação conceitual e enciclopedista da dogmatização (positivista) da modernidade. Os saberes se multiplicam e se equivalem. O conhecimento se faz *uno, indivisível e inclassificável*. A ele é acrescida a experiência individual, as sensações, os sentimentos, as emoções como critérios de verdade, os preconceitos como pontos de partida, tudo isso dosado pela nossa mutabilidade, pelo anseio do novo ou pela estranha nostalgia do que nunca se viveu. O conhecimento passa a ser dotado de poesia, de sensibilidade, da vertigem insólita, porém, humana, e, tão fundamental à existência.

Outrora, com o fim do medievo, o desejo de segurança e estabilidade criou comportamentos, técnicas, métodos, disciplinas como lugares adequados para abraçar e abarcar de forma ampla e sistematizada o conhecimento, limitando-o na relação espaço/tempo e purificando-o através de um ritual (quase religioso) da academia dos saberes inferiores – leia-se do *conhecimento religioso* e do *senso comum* – e da especulação exotérica, mágica, mística que perdurou durante o medievo.

Esse processo gradual e não tão óbvio, leva anos e deve a inúmeros acontecimentos a sua efetivação. Destaca-se dentre tais acontecimentos o Renascimento Cultural²⁴, que contribuiu significativamente para essa revolução no modo de pensar, assinalando (ao menos, em princípio) ao rompimento com a religião e apontando na direção da ciência moderna.

A cosmologia renascentista elevou a humanidade ao centro do universo, contudo, não fez do ego individual o centro autodeterminante do mundo. Os teóricos renascentistas foram os pioneiros do método científico, entretanto, não reconstruíram a busca pelo conhecimento consoante a visão científica. O espírito renascentista solapou a autoridade da igreja, mas não entronizou a autoridade da razão. [...] Foi fundamental para o novo pensamento a mudança cosmológica

²⁴ Para Falcon e Rodrigues (2006, p. 107) trata-se de “uma revolução cultural que tem origem nos modos de vida das cidades italianas nos séculos XIV e XV e nas transformações no conhecimento que abrem o mundo para o novo”. Essas novas ideias foram difundidas por meio das academias, que contestavam o saber institucionalizado e limitado das universidades medievais. As academias promoviam as discussões, proibidas no seio das universidades, uma vez que estas eram controladas pela igreja (BURKE, 2003, p. 38ss.), promovendo a circulação e a consolidação das novas ideias com a divulgação e “discussão dos textos escritos por seus participantes ou de textos de autores da Antiguidade clássica.” (FALCON e RODRIGUES, 2006, p. 107).

introduzida pela afirmação de Copérnico de que a terra não era o centro do universo. Esta descoberta, e as que se seguiram a ela, solaparam paulatinamente o modelo medieval do cosmo como estrutura de três andares em que o céu localizava-se especialmente acima da terra e o inferno na parte inferior dela. (GRENZ, 2008, p. 92)

É a (re)descoberta dos clássicos, durante a Idade Média, com a retomada de duas cidades ao sul da Espanha do domínio muçulmano, onde foram encontradas duas grandes bibliotecas, que levou a uma retomada do senso estético clássico durante o renascimento cultural, reincorporando ou trazendo à tona valores, ideias e ideologias do antigo mundo grego – de há muito conhecido pelos árabes –, lançando as bases para uma nova forma de compreensão e explicação do mundo. Nessa nova forma de pensar, Deus vai, gradativamente, perdendo sua autoridade e a razão²⁵ humana (eis o Iluminismo!) vai se “divinizando” como novo deus para uma nova era que emerge dos escombros de um mundo escuro e tão cego às luzes.

[...] o principal esforço da filosofia racionalista foi formular uma doutrina do homem e da natureza que pudesse preencher a função intelectual – pelo menos pra os setores privilegiados da sociedade – que a religião tinha preenchido anteriormente. Desde os tempos da Renascença os homens tentaram idear uma doutrina tão ampla quanto a teologia e que valesse por si própria, em vez de aceitar de uma autoridade espiritual os seus valores e objetivos supremos. A filosofia se vangloriava de ser o instrumento de explicação e revelação do conteúdo da razão como reflexo da verdadeira natureza das coisas e do correto modo de vida.” (HORKHEIMER, 2002, p. 19-20).

No entanto, se o Renascimento Cultural não foi capaz de entronizar a razão, o Iluminismo assim o fez. Expurgando definitivamente o encantamento do mundo e estabelecendo, em pretenso caráter definitivo, o seu completo desencantamento²⁶.

Enquanto o homem medieval estava preso às suas crenças e o seu conhecimento encontrava-se limitado pelos ensinamentos da igreja, o homem do renascimento começava a se libertar das amarras que o prendia. Enquanto, o homem medieval tomava a natureza como encantada, somente sendo explicada por meio de atributos morais/teológicos, o homem do renascimento

²⁵ Aqui *razão objetiva* ou *razão instrumental*.

²⁶ Sobre o conceito de *desencantamento do mundo*: PIERUCCI, Antonio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos de um conceito. São Paulo: Editora 34, 2003.

cultural buscava explicações racionais. Nesse sentido, argumenta Bittar (2009, p. 38ss.) que a

[...] própria ideia de “natureza”, como algo estático, divino e contemplativamente misterioso para o homem, transforma-se, para assumir um novo sentido a partir da modernidade, o que se processou pelas mãos de Giordano Bruno, Montaigne, Rousseau, Spinoza, Goethe e Hölderlin, até os materialistas do fim do século XIX. A natureza, na medida em que é testada, objetualmente colocada *sub foco* da ciência e dos saberes técnicos, se converte em algo de que se apropria, de que se usa, de que se pode fruir um proveito, desde que esteja a serviço do saber, da descoberta, do progresso da vida e da intensificação dos modos de dominação do meio pelo homem. A cosmovisão, ao tornar-se antropocêntrica com o Renascimento, inverte a polaridade da relação de Natureza-homem para Homem-natureza. Mais que uma inversão de palavras, a partir da modernidade o que se tem é uma intensificação dos modos de racionalização como meios e técnicas de desbravar, vasculhar e de dominar o desconhecido da natureza, ou seja, o desconhecido do mundo em que se habitava, e no qual a própria humanidade se sentia à mercê de caprichos naturais e/ou divinos. Quando a ciência formula hipóteses, testa e comprova, nada mais de misticismo, de lendário, de incognoscível resta, pois devassar é a força diretriva que conduz o homem moderno em direção à superação de sua condição anterior ou medieval.

Portanto, se no medievo, o homem é imagem e semelhança de Deus, podendo herdar ou alcançar as virtudes morais de seu criador, por meio da santificação, o homem do renascimento cultural encontra as virtudes por meio de ações políticas, tendo ainda a sua natureza sendo interpretada por alguns autores como má ou degenerada. No medievo, o comportamento animal, o movimento dos astros, os fenômenos naturais, enfim tudo era explicado à luz de uma “lógica” religiosa, ou seja, a tudo se atribuía um sentido, um significado para a ação de Deus no mundo em favor ou em desfavor da humanidade. Já no Renascimento Cultural, os sentidos humanos são implicados na percepção e na explicação de tais fenômenos. É nesse momento que está posto o alicerce para o surgimento da Modernidade (HABERMAS, 2001, p. 168; KUMAR, 1997, p. 79, 82; GRENZ, 2008, p. 89ss.), que, em certa medida, completará com o rompimento iniciado aqui, aprofundando a distância entre a contemporaneidade e o medievo.

O projeto iluminista consolida o que passou a ser chamado de modernidade²⁷.

Por sua vez, não se enganem acerca da aparente linearidade de tais acontecimentos, pois a continuidade não passa de mera ilusão. Em verdade, enquanto um grupo avança numa direção, outro já está mais adiante²⁸. No medievo isso é perceptível em relação a civilização árabe²⁹, que, mesmo imersa em um contexto de encantamento, não permaneciam imbuídos ou imersos nas mesmas trevas que cercavam a Europa/Ocidente. Noutras palavras, enquanto os europeus permaneciam com as luzes apagadas, os árabes as mantiveram acesas³⁰.

Com a descoberta do mundo grego e do “avançado” conhecimento árabe, o Ocidente incorporou e avançou nas áreas da química, biologia, matemática, filosofia e, mesmo, na língua, dentre outras áreas já bem desenvolvidas entre os árabes e pouco ou nada desenvolvidas pelos europeus.

Essa revolução no pensamento ocidental abriu espaço para uma ruptura com o pensamento centralizador e centralizante da Igreja, tornando o conhecimento religioso³¹, concebido como “um tipo de conhecimento não falseável, isto é, que não permite a verificação porque vem da transcendência” (ARAÚJO, 2006, p. 219), em um conhecimento inferior, alienante e alienado,

²⁷ Entretanto, a ideia de moderno é medieval, cf. HABERMAS, 1981.

²⁸ O que permite concluir que a modernidade pode ser reduzida a um *conceito cronológico*, ou seja, como algo que aconteceu em um determinado período de tempo; mas, para além disso, tem-se o seu *conceito qualitativo*, segundo o qual a modernidade integra uma série de características a ponto de permitir se classificar algo como moderno ou não. Aqui, é possível perceber que a modernidade não acontece a um só tempo, nem ao mesmo tempo para todos e em todos os lugares, mas em épocas distintas e de modos distintos, o que nunca fora previsto pelos iluministas (leia-se pelos positivistas clássicos), que desconsideraram a heterogeneidade e intentaram agrupar todos em categorias estanques, estáveis e universais.

²⁹ Esta civilização estava mais avançada no conhecimento astronômico, filosófico, matemático, químico, enfim, científico. Após Andrônico de Rodes, que sistematizou as obras do grego Aristóteles, no século I a.C., o filósofo não conheceu outro grande discípulo de expressão a não ser no mundo árabe medieval na pessoa de Avicena (CARVALHO, 1994). Nesse momento, Aristóteles, bem como vários dos filósofos gregos eram desconhecidos do mundo europeu que os consagraria.

³⁰ Esse é exatamente a característica mais marcante da pós-modernidade, segundo seus mais eminentes teóricos, a exemplo de Lyotard (2000).

³¹ “[...] baseia-se na necessidade humana de tentar compreender e ou explicar que lhe parece incompreensível. A religião, que traduz esse tipo de conhecimento pode ser definida como a crença na existência de uma força ou forças naturais, no geral consideradas criadoras do Universo e que como tal devem ser adoradas ou obedecidas. No entanto, qualquer filiação a um sistema específico de pensamento ou crença que envolve uma posição filosófica, ética ou metafísica, faz também parte desse tipo de conhecimento. É, portanto, um tipo de conhecimento não passível de avaliação real, de comprovação ou de desmentido.” (IAROZINSKI NETO, 2012).

baseado em mitos, lendas e fábulas, qual mesmo possuidor de preceitos ou valores éticos, não se insere, não permite, não se adequa a nova realidade ou mesmo a razão humana. Por sua vez, o conhecimento filosófico instaura e brota de uma atitude questionadora, onde nada é certo, exato, verdadeiro, mas questionável, passível de análise e de falseabilidade. Destarte, brotam as primeiras sementes do conhecimento científico, que não se conforma e, num primeiro momento, se opõe a toda forma de verdade não demonstrável.

O conhecimento, enquanto categoria, passa a ser compreendido como a transposição do abismo gnosiológico, pelo *sujeito cognoscente* em direção a um *objeto cognoscível* (HESSEN, 2003). Na transposição desse abismo, sujeito e objeto se integram e transformam-se mutuamente, ou seja, nem o sujeito pode deixar de conhecer o objeto, nem o objeto será o mesmo após essa interação, pois passará a abarcar uma série de conceitos e significações que originalmente não estão nele, mas que podem ser dele apreendidas pela observação e análise. Nesse processo, faz-se necessário expurgar os valores pessoais, as bagagens individuais e buscar em nível de neutralidade/objetividade tecer a análise do objeto cognoscível.

Sob esta perspectiva, a teoria do conhecimento refere-se à teoria do conhecimento científico³² (HESSEN, 2003), haja vista que as demais formas de conhecimento não podem assegurar com segurança a apreensão das características, qualidades inerentes aquele objeto³³. Para Hessen (2003, p. 20),

No conhecimento defrontam-se consciência e objeto, sujeito e objeto. O conhecimento aparece como uma relação entre esses dois elementos. Nessa relação, sujeito e objeto permanecem eternamente separados. O dualismo do sujeito e do objeto pertence à essência do conhecimento. [...] Ao mesmo tempo, a relação entre os dois elementos é uma relação recíproca (correlação). O sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito. Ambos são o que são apenas na medida em que o são um para o outro. Essa correlação, porém, não é reversível. Ser sujeito é algo

³² Segundo Hessen (2003), a teoria do conhecimento caracteriza-se: a) como a teoria material da ciência; b) por tratar da relação com os objetos; c) por perguntar sobre a verdade do pensamento, isto é, sobre a sua concordância com o objeto, e; d) por ser definida como a *teoria do pensamento verdadeiro*.

³³ Nessa relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, lembrando a existência do abismo gnosiológico entre ambos, pode-se concluir, que o conhecimento científico prescinde a existência de metodologia adequada a sua transposição. Assim, é lícito afirmar que a ciência prescinde a existência de sujeito cognoscente, de um objeto de estudo e de metodologia própria.

completamente diverso de ser objeto. A função do sujeito é apreender o objeto; a função do objeto é ser apreensível e ser apreendido pelo sujeito.

O conhecimento é estabelecido nessa interação entre sujeito e objeto, nessa aproximação contínua, mas nunca efetiva, definitiva, pois o conhecimento resulta da transformação das estruturas cognitivas do sujeito em sua relação com o objeto. Isso ocorre por meio de *representações* feitas pelo sujeito em relação ao objeto. De forma clara e objetiva, nunca se conhece totalmente o objeto a que se propõe estudar, pois nunca se conseguirá transpor o abismo que preserva sujeito e objeto. Portanto, o conhecimento resulta – ou é – da interação entre ambos, processando-se por meio de representações (mentais ou físicas) do objeto de estudo (KANT, 2004).

Sem dúvidas, está-se a tratar de uma concepção positivista do conhecimento. O sujeito cognoscente só se faz capaz de apreender e imprimir características e qualidades ao objeto cognoscível por meio da razão. Não há outro meio de transpor esse abismo, sem que se utilize da razão, se despindo de todos os elementos espúrios – leia-se subjetivos – a essa transposição.

Portanto, o conhecimento pressupõe neutralidade, objetividade e método e, na ausência de qualquer desses elementos incorrer-se-á em lugar comum ou no engano. Com o emprego adequado desses elementos alcança-se a verdade – ou a representação mais próxima e fidedigna da verdade – universal. Nesse processo, as emoções são excluídas, elas não compreendem o labor científico, pois comprometem a veracidade, confiabilidade e universalidade de seus resultados.

Entretanto, o conceito de modernidade é tão vago e inseguro quanto o conceito de pós-modernidade. Diniz e Alves (2005, p. 14s.) lecionam que é datado da pós-modernidade, pois antes dos chamados teóricos pós-modernos e o anúncio da morte da modernidade, é “que esta passou a ser intensamente tematizada, inquirida e conceituada”.

Sobre o seu (suposto) cadáver jaz as categorias transformadas pela modernidade, como a relação espaço/tempo (HARVEY, 1996; KUMAR, 1997), quando infere que o rompimento medieval de um presente cristão em oposição a um passado pagão, traz novo sentido e significado ao tempo, que deixa de ser cíclico, para incorporar certa linearidade (passado, presente, futuro), incorporando, por meio da perspectiva apocalíptica, a ideia de progresso – de

um passado que aponta para o presente e de um presente que busca a realização de um determinado futuro –, abraçada pelo projeto iluminista, ainda que desprovida de seu caráter mítico, para se incorporar a ideia de um tempo secularizado.

Para o pós-moderno, a inversão do valor do tempo, aqui caracterizado pelo instantâneo, consumível, descartável. Vive-se o hoje, sem as consequências do amanhã. Perdeu-se, como afirmou Bauman (2011), a ideia do *projet de la vie* substituído pelo (popularesco) *carpe diem*, ou seja, não se projeta mais o futuro, seguindo um passo-a-passo na concretização das metas estabelecidas para uma vida, substituindo-a pelo efêmero momento, vivendo-o como se último fosse.

Perdeu-se a noção apocalíptica de progresso da história humana para a completa descrença em qualquer forma benéfica de progresso. Com isso, libertou o presente de uma conexão direta e exata com o futuro e excomungou o passado a uma página que não se pode voltar.

Jaz sobre o cadáver da modernidade, qualquer sorte de categoria ética generalista, pois as identidades se tornaram fragilizadas e fragmentadas, surgindo a era das minorias e da supressão das maiorias.

Em verdade, o mundo pós-moderno, com ares de intelectualidade, ataca ferrenhamente tudo que foi posto pela modernidade, sem que sequer proponha nada em substituição. Nesse sentido, Jamenson (2006, p. 21ss.) ataca a pós-modernidade arguindo que em sua busca por construir algo termina por produzir apenas o *pastiche*, definido como uma espécie de paródia (“pálida”) que perdeu o seu referencial e, portanto, se esvaziou de sua graça ou ironia. Perdeu o respeito pelo estilo sobre o qual deveria se referir.

Como estado de reflexão da modernidade (KUMAR, 1997), a pós-modernidade deve encontrar na modernidade a sua maneira de apontar numa direção oposta³⁴. É fato que a modernidade conduziu a um lugar não programado, nem possível de ser previsto pelos iluministas, mas é certo que

³⁴ Nesse sentido, há uma antiga lenda contada pelos habitantes da Baía da Traição, litoral norte da Paraíba, a qual relata que nos tempos do império, um vizinho matou o outro e teve de carregá-lo até a cadeia na cidade de Rio Tinto, o que fazia aos gritos de socorro, enquanto era acompanhado por soldados. Dias após, o homicida teria morrido na cadeia e desde então seu espírito vagueia pelas areias da baía, buscando quem possa carregar o morto nas costas. Vários desaparecimentos são relatados como obra do “morto-vivo”, como é conhecida a aparição. Pois bem, a pós-modernidade parece viver sob a “maldição” de sempre ter de carregar em suas costas o cadáver da modernidade, sem o qual não existiria.

ainda persistem inúmeros elementos, ainda que com novas roupagens e/ou abordagens.

Se na modernidade, havia a hegemonia de um saber sobre o outro, não é a sua relativização ou equiparação que necessariamente irá nos conduzir a uma melhor compreensão dessa era. Saberes que nasceram, cresceram e se desenvolveram separadamente, como o *conhecimento religioso*, o *conhecimento científico* e o *conhecimento vulgar* não deveriam, a priori, serem conciliados ou mesclados, reciclando o velho ar de superioridade e hegemonia ferozmente combatido e criticado.

Talvez ações dessa natureza, motivaram Bauman (2001), em suas observações, a afirmar que a crítica na pós-modernidade tornou-se mais acirrada e frequente, porém menos potente e transformadora, chegando a ser mesmo inofensiva, um mero latido no quintal, pois se mostrou incapaz de reestruturar, transformar ou renovar o seu alvo (objeto).

Não raro se percebe uma ojeriza ao que foi estabelecido e uma conciliação com o que é novidade. Carson (2010) enfatiza isso na conciliação da ciência com a religião, mas não com o cristianismo – considerado retrógrado, ultrapassado, centralizador e preconceituoso –, mas com as religiões, cultos e rituais orientais, como budismo, taoísmo, xintoísmo, *heiki*, dentre outros.

Se a modernidade ambicionou e estabeleceu uma crítica transformadora e secularizante, a pós-modernidade não fez questão de se opor e de reconciliar os saberes, como se naturais fossem tais conexões. Esse *xamanismo científico* ou *esoterismo acadêmico*, como soa a seus críticos, é avesso a ideia de *verdade*, enfatizando a de *verdades* – todas relativas, pois não há verdade absoluta (DINIZ e ALVES, 2005, p. 35), tampouco universal. Se na modernidade se enfatizou a igualdade, na pós-modernidade o foco está nas diferenças. Ora, se a modernidade optou por um processo de secularização que a libertasse da submissão aos poderes hegemônicos da religião, a pós-modernidade não se acanhou em estender-lhe a mão.

Parece haver um esforço para transgredir ou contradizer a modernidade. Parece haver uma sedução pelo que é contrário, contraditório ou controvertido. Porém, não parece certo afirmar que a pós-modernidade produz ou causa uma real ruptura com o moderno. Há, em verdade, uma *vontade de ruptura*, que

conduz a sensação de efetivamente ter ocorrido essa ruptura (ROUANET, 1987, p. 25).

Nessa oposição ou sob esse prisma de contraste, a pós-modernidade revela como uma de suas características, o *estado de latência* (ROUANET, 1987, p. 17ss.). Segundo a psicanálise, latência é um estado de amnésia parcial do indivíduo em relação ao passado, tornando-o, durante esse período, incapaz de aprender o novo. No hiato entre as guerras mundiais – ou mesmo na ditadura militar, se tomarmos o contexto brasileiro – parece ter o mundo entrado em um estado de latência. Com a efervescência do Pós-Guerra – ou da redemocratização – velhos discursos revestem-se de novos argumentos passando assim a ser compreendido como novo ou como novidade.

Entretanto, nada é novo no horizonte pós-moderno, pois se passa a tratar algo como novo, sem que se estabeleça um diálogo ou um aprofundamento no passado. O conhecimento passa a ser produzido amplamente, aumentando o fluxo de informações e, gerando a necessidade de meios de armazenamento, recuperação e uso dessa informação.

À guisa de esclarecimento, poder-se-ia citar a moda, na qual é comum o conceito de *retrô*, que nada mais é que uma releitura do passado ou da estética do passado, agregando a esse mesmo passado um “toque” (ainda que tênue) de novidade. Para uma geração inteira que nunca experimentou ou conheceu tudo parecer ser novo. Na ciência não é diferente, velhas ideias apresentam-se como novas, quer por desconhecimento de antigos esquecidos, quer pelo desconhecimento do próprio passado do campo científico.

No campo da Ciência da Informação, pode-se remeter a obra de Paul Otlet, que trabalhou para agregar o *status* científico à Documentação, contribuindo grandemente para consolidação da Ciência da Informação enquanto campo científico, ao construir uma teoria da Documentação, que se aproximava da teoria popperiana dos três mundos. Além disso, Otlet definiu o documento como objeto de estudo, estabelecendo metodologias e técnicas de abordagem e estudo, atribuindo uma configuração interdisciplinar ao traçar pontos de conexão com outros campos do conhecimento científico – a exemplo da sociologia, psicologia, logísticas, linguísticas, dentre outras. (SANTOS, 2006).

Mesmo relevante, Otlet passou décadas ofuscado sendo redescoberto em trabalhos no final do século XX e início do século XXI, quando se redescobriu a atualidade de sua obra, bem como o seu caráter visionário, o que talvez justifique a sua redescoberta nesse momento. Esse hiato entre o momento de sua produção e o momento de sua redescoberta é o que aqui se chama *latência*. Uma grande contribuição ao campo da Ciência da Informação permaneceu ofuscada, soterrada, há anos ignorada e quando ressurge apressada aponta-se como novidade.

Nesse processo, não se deixa de perceber a evolução do conceito de informação, nem mesmo se pode deixar de notar a ampliação do campo de conhecimento para além da biblioteconomia, da arquivologia e da museologia, perdendo seu aspecto tecnicista e, englobando discussões e pesquisas transversas com outras áreas de interesse do conhecimento científico, produzindo-se como ciência da informação, o que outrora havia sido rejeitado como tal.

A interdisciplinaridade³⁵ é fruto da própria origem – ou contexto em que se originou a – da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996):

A Ciência da Informação surge, pois, em meio a dois movimentos convergentes, quais sejam, a construção de novas bases do modo de produção capitalista e a definição de um novo modelo científico contemporâneo. Nessa perspectiva, considerando aquelas condições e necessidades amplas de produção e organização do conhecimento, ela se constitui em um campo de conhecimento que se encontra centrado nessa nova agenda técnico-científica. Tal situação imprimiu euforia na definição e na constituição desse campo de conhecimento, fazendo com que vários estudiosos de diferentes campos de conhecimento, dentre os quais se pode destacar Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Computação e Engenharia, não poupassem esforços no sentido de definir seu objeto de estudo, sua base teórico-conceitual, suas práticas profissionais e, consequentemente, as suas relações interdisciplinares. (SOUZA, 2011, p. 20)

Uma decorrência lógica da interdisciplinaridade será no seu reflexo sobre o objeto da Ciência da Informação, qual seja a *informação*. A informação deixou de estar restrita ao campo das ciências documentais – compreendendo-

³⁵ Não se discutirá nesse trabalho o exato e preciso alcance da interdisciplinaridade, sendo aqui compreendida a partir das interações de um campo do conhecimento com o outro, apropriando-se de conceitos comuns, de elementos externos para consolidação de conceitos ou mesmo compartilhamento de objeto de estudo etc. Sobre o tema recomenda-se: SOUZA, 2011; SOUZA, 2007.

se a biblioteconomia, arquivologia e museologia – e abraça, no campo de análise da Ciência da Informação, as ciências cognitivas, a Administração e outras áreas afins³⁶.

Tomando-se por base a teoria do conhecimento, como descrita acima, veremos que a informação é imprescindível ao processo de conhecimento³⁷. A criação e o registro da informação e de sua representação, sempre em meio social, produzirá por meio de sua apropriação e elaboração o conhecimento (BARRETO, 2002, p. 67). Portanto, sem informação não há conhecimento³⁸, uma vez que aquela provoca alterações cognitivas necessárias para consolidação do conhecimento. Daí decorre o conceito de ser a informação o *conhecimento comunicado* (CAPURRO e HJØRLAN, 2003). A síntese desse processo é apresentada por Brookes (1980) em sua famosa equação:

$$K [S] + \Delta K = K [S + \Delta S]$$

↑
ΔI

Em sua elaboração, percebe-se um emissor, destituído de historicismo ou de influências exógenas, ou seja, nos moldes positivistas. De outro lado, entende-se que o receptor – também desprovido de tais influências e variáveis sociais – apreende com exatidão ou precisão a informação transmitida (PEREIRA, 2008, p. 27). Por sua vez, esse processo não é algo natural, haja vista a informação estar inserida dentro de um contexto sociocultural (ARAÚJO,

³⁶ Como Ciências Contábeis, alguns ramos do Direito, a Matemática, Informática, dentre outras. A esse respeito: v. SILVA e RIBEIRO (2002).

³⁷ Barreto (2002, p. 67), baseado em Hannah Arendt, leciona: “O *trabalho* corresponde ao artificialismo da existência humana. Ele produz um mundo de coisas completamente diferentes de qualquer ambiente natural. E é exercido por diversos fluxos. Com o trabalho o homem pratica a troca em todos os sentidos para cumprir sua permanência na Terra. A condição humana do trabalho é a mundanidade. Uma das qualidades dessa condição humana é criação, e o registro, em código próprio, da informação e de sua representação. Com a apropriação e elaboração gera-se o conhecimento.”

³⁸ Porém, informação e conhecimento não se confundem: “[...] F. Machlup recusa-se a separar os dois componentes informação/conhecimento (*knowledge*). ‘Linguisticamente’, observa ele, ‘a diferença entre o conhecimento e a informação está essencialmente no verbo *formar*. *Informar* é uma atividade mediante a qual o conhecimento é transmitido; *conhecer* é resultado de ter sido informado. ‘Informação’ como ato de informar é produzir a *state of knowing* na mente de alguém. ‘Informação’ enquanto aquilo que é comunicado torna-se idêntico a ‘conhecimento’ no sentido do que é conhecido. Portanto, a diferença não reside nos termos quando eles se referem àquilo que se conhece ou aquilo sobre o que se é informado; ela reside nos termos apenas quando eles devem se referir respectivamente ao ato de informar e ao estado do conhecimento” (MATTIELART, 2006, p. 69).

2003b), não podendo ser produzida individualmente e, por conseguinte, agregada de sentido e/ou significado.

Azevedo Netto (2008, p. 48), fundamentado em Cassirer e Popper, afirma que

[...] o conhecimento científico se dá pelas representações da realidade construídas com o objetivo de manipulação e interpretação dos dados. Essas formas de representação devem ser consideradas para se entender o que pode ser validado ou não. O processo de validação refere-se ao grau de verdade que possui, fornecido pela potência de testabilidade internalizada em cada interpretação.

Ou seja, a informação – aqui entendida como representação – só pode ser compreendida dentro de determinado contexto, estando sujeita as diferentes variáveis que surgem no processo de comunicação, podendo aproximar o receptor do emissor, bem como distanciá-los, mas sempre transformando as estruturas prévias e gerando conhecimento como resultado desse processo. A informação é a *ponte* que conecta dois ou mais sujeitos, produzindo entre eles e neles o conhecimento, quer científico, quer vulgar.

Portanto, a informação é um produto cultural, regida pelo princípio relacional, desenvolvendo-se a partir da interação entre sujeito-emissor e sujeito-receptor, quem atribui sentidos, significados e valores. O conhecimento é gerado pela conexão estabelecida entre eles na tentativa de transposição do *abismo gnosiológico* que os separa e envolve, o que só se torna possível – ainda que não completamente transposto – por meio da informação, compreendida como “uma linguagem que não pode ser compreendida fora dos processos histórico-sociais que a constituem” (FREIRE, 1999, p. 57).

Note-se que não se está a defender a informação apenas em seu aspecto imaterial ou abstrato, pois é apreensível tanto através de meios materiais quanto imateriais. Nesse sentido, os documentos adquirem a materialidade da informação sem, contudo, confundir-se com esta³⁹ (FROHMANN, 2008, p. 20ss.), pois se tratam de mera representação (AZEVEDO NETTO, 2008). Não se pode conter a informação em apenas um de seus múltiplos aspectos, exceto para fins didáticos.

³⁹ Silva (2006, p. 120) define o documento como “uma espécie de porta entre a informação e a comunicação”.

A indefinição do conceito de informação (BORKO, 1968; GOLDMANN, 1970; BUCKLAND, 1991; CARDOSO, 1994; BRAGA, 1995; FREIRE, 1995; ODDONE, 1999; BARRETO, 2002; GONZALEZ DE GOMEZ, 1995, 2000, 2011; LECOADIC, 2004) constitui a causa do surgimento de muitas “ciências da informação” em detrimento de uma única “ciência da informação” (CAPURRO e HJØRLAN, 2003, p. 5⁴⁰).

Ora, essa dificuldade em se compreender com exatidão o que vem a ser ciência da informação pode ser explicada pela adoção de diversos “paradigmas” (CAPURRO, 2003) ao longo de sua (breve) história (COLUMBIÉ, 2010), os quais – em certo aspecto evolutivo(?) – alargaram seu campo de atuação e de estudo, alterando em profundidade suas bases epistemológicas⁴¹, mas sempre se comprometeram com algum aspecto predominante a determinada época. Com isso, o conceito de informação é estendido ou restringido para adequar-se aos interesses da época, direcionando o conceito a uma perspectiva pragmática⁴², expurgando-a de uma dimensão conceitual filosófica e/ou etimológica (ZEMAN, 1970).

Na perspectiva pragmática, a definição de informação varia de acordo com o seu uso. Em regra, está sempre associada a outros termos como tecnologia da informação, gestão da informação, sistemas de informação, recuperação da informação. Nesse sentido, seu uso implica uma nova versão da Ciência da Informação para cada nova necessidade, ora restringindo seu alcance, ora ampliando-o.

Decorre dessa variabilidade ainda as diferenças entre aquilo que é produzido enquanto ciência da informação no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa etc., o que leva a concordar com Smit, Tálamo e Kobashi (2004), quando afirmaram tratar-se o termo “Ciência da Informação” de mero significante, estando aberto a inúmeros conceitos, deturpações e violações. Consequentemente, haverá problemas na definição de um objeto e na consolidação ou desenvolvimento de uma metodologia própria que possam lhe conferir uma segurança em termos de seu *status* científico, que, em

⁴⁰ “*Different concepts of information within information science reflect tensions between a subjective and an objective approach*”.

⁴¹ Ou **poliepistemológicas** (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000).

⁴² Como as que foram desenvolvidas na década de 1950 com especial ênfase a biblioteconomia e a documentação (CAPURRO e HJØRLAN, 2003, p. 5).

decorrência, de tal instabilidade, a lança ao mar bravio e inseguro da ciência pós-moderna (WERSIG, 1993).

Então, propõe-se, como caminho a ser trilhado, a busca de um sentido teórico, filosófico de informação, que possa ao mesmo tempo ser atemporal – o que é difícil ou impossível nas bases epistemológicas em que o campo foi construído – e genérico, a ponto de se amoldar detidamente a todos os usos propostos no campo. Nessa tarefa hercúlea, deve-se buscar um conceito filosófico, mas não desprovido de seu caráter pragmático, visando a possibilidade de seu desdobramento em usos práticos para os diversos setores e campos do conhecimento conectados ou atrelados a CI.

1.1 A ponte (ou sobre o conceito de informação)

A ponte nem tem que sair do lugar
 Aponte pra onde quiser
 A ponte é o abraço do braço do mar
 Com a mão da maré
 A ponte não é para ir nem pra voltar
 A ponte é somente pra atravessar
 Caminhar sobre as águas desse momento
 (A ponte, Lenine & Lula Queiroga)

Zeman (1970, p. 156) entende que a informação segue um sistema de classificação, selecionando alguns elementos e descartando outros. Nesse sentido, a informação é entendida como representação. Se assim o é, não se estaria a restringir a informação ao campo da biblioteconomia (BARRETO, 2002, p. 70)?

Pairá certa dúvida se a informação confunde-se com representação ou se a informação é apreendida por uma representação. Etimologicamente, o vocábulo *representação* remete ao Medievo, indicando a ideia de *semelhança* com o objeto representado. Ora, na construção do conhecimento resta claro a impossibilidade de transposição do abismo gnosiológico, ou seja, o conhecimento se processa por uma seleção de aspectos que tornam possível a compreensão de alguns aspectos do objeto cognoscível, mas sendo incapaz de compreendê-lo em sua totalidade.

Nenhum fenômeno é estanque ou capaz de dizer em uma mera aproximação ou abordagem tudo sobre si. Nesse sentido, se a informação é o

construto que permite desenvolver conclusões e conceitos, necessariamente é uma forma de representação, pois a partir da seleção de critérios previamente estabelecidos gera uma imagem fidedigna ou não de dado fenômeno ou objeto, sem, contudo, compreendê-lo integralmente.

As variadas cosmovisões que buscam compreender o mundo e a existência humana, que formulam sistemas transcendentais ou elaboram teorias científicas, não passam de representações desses fenômenos complexos. A própria informação, como a contida no DNA, está vinculada ao objeto, aguardando uma representação para que possa ser comunicada e compreendida por uma dada comunidade.

Por sua vez, as representações estão vinculadas a estruturas sintáticas, quais sejam a um dado padrão ao que se pretende identificar; bem como, a uma estrutura semântica, que denota a questão do significado, da compreensão por parte do receptor. Para tanto, essas estruturas estão alicerçadas no ambiente sociocultural no qual os agentes estão imersos.

Destarte, a informação é, ao mesmo tempo, representação de um dado (ou a uma pluralidade) fenômeno e só pode ser manifestada por meio de alguma representação. Noutras palavras, a informação é um tipo de representação, haja vista ser dotada de significado e ser socialmente convencionada por meio de um contrato previamente pactuado entre os membros de uma dada comunidade.

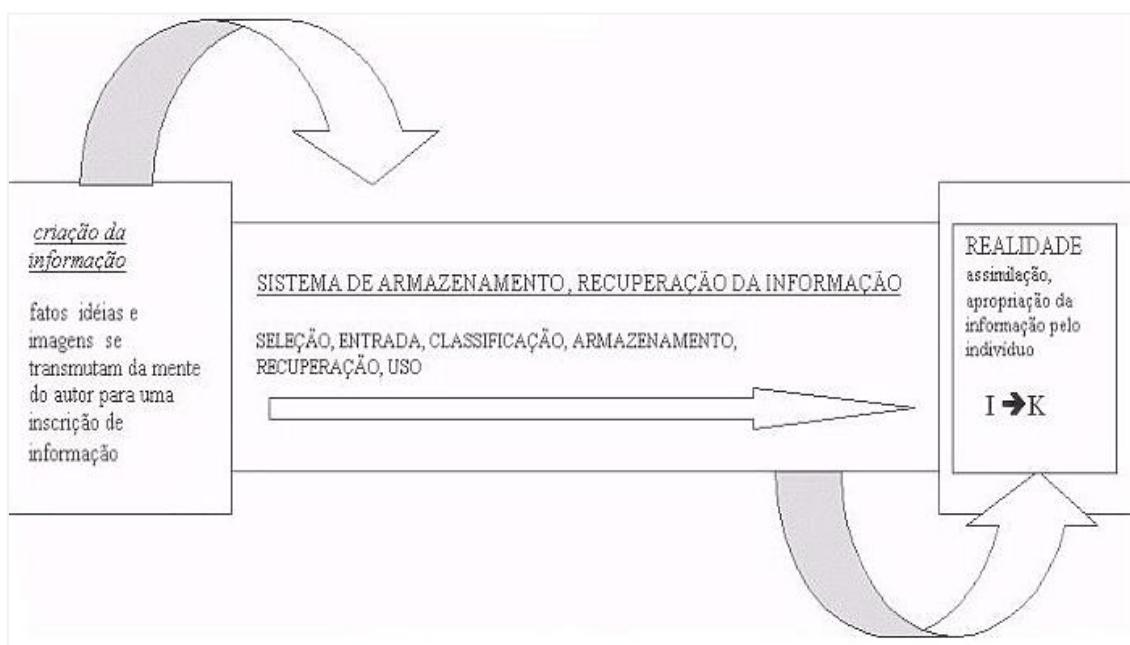


Figura 3 Fonte: BARRETO, 2001.

O esquema acima demonstra os fluxos da informação, que é gerada como uma representação cognitivo-abstrata elaborada por um emissor e transferida a um receptor. Para a sua transferência, a informação precisa se materializar por meio de um suporte.

Para Barreto (2001, p. 02),

[...] os fluxos de informação se movem em dois níveis: em um primeiro nível os fluxos internos de informação se movimentam entre os elementos de um sistema, que se oriente para sua organização e controle, seriam os *fluxos internos ou de primeiro nível*; este fluxo, já foi bastante estudado e relatado; possui uma racionalidade técnica e produtivista como premissa. Está relacionado as funções de armazenamento e recuperação da informação de um determinado estoque. Com isso indicamos que, para esta sucessão de eventos, existe um esboço técnico sedimentado, que já foi apropriado há mais de cinquenta anos, mudando só por algumas adaptações ao transformar da tecnologia. A premissa racional é também produtivista, pois tem como condição de eficiência: pretender maximizar o uso dos espaços de armazenagem para minimizar seus custos. A estes espaços de armazenamento chamamos de *estoques de informação*, um elo indispensável ao processo de geração de conhecimento usando a informação estocada, mas que por si só nunca são responsáveis pela ação de conhecimento em si. O fluxo interno se agrupa por uma premissa de razão prática, em um campo de ação que permite decisões e um agir baseado em princípios. É o mundo do gerenciamento e controle da informação. Os fluxos de informação de *segundo nível* são aqueles que acontecem nas extremidades do fluxo interno, de seleção, armazenamento e recuperação da informação. Os *fluxos extremos* são aqueles que por sua atuação mostram a Essência de um fenômeno de transformação, entre a linguagem do pensamento de um emissor, a linguagem de inscrição do autor da informação e o conhecimento elaborado pelo receptor em sua realidade. Assim na extremidade esquerda do fluxo interno, existe não mais uma premissa técnica, mas uma promessa, da esperança pela transformação da informação criada pelo autor para um conhecimento assimilado pelo receptor.

Se se tomar o documento como suporte informacional⁴³, perceberemos que a informação se materializa no documento, que por sua vez a representa não em sua integralidade, mas em um ou alguns de seus aspectos essenciais. Portanto, documento não se confunde com informação tal qual informação não se confunde com documento.

A informação excita o conhecimento, no sentido de que altera estruturas previamente estabelecidas na mente do sujeito cognoscente e altera-a

⁴³ Em sentido contrário: MOSTAFA, 2011.

inserindo um novo estado de conhecimento e uma nova informação. Assim, percebe-se que a informação não é um todo acabado e definido, mas uma espécie de *input* que somada a nossa inteligência (a estrutura preexistente) gera, cria, altera um estado de conhecimento. E isso só é possível pela redundância inerente à informação e a seu estado de latência – a informação nunca se destrói, mas permanece latente a espera de quem a acesse produzindo a sua reenergização (ZEMAN, 1970).

Pensando-a de modo filosófico, poder-se-ia acreditar que a informação existe como coisa, desatrelada de processos sociais complexos, o que constituiria em grave engano. A dificuldade de se estabelecer o objeto da ciência da informação está na dificuldade de se conseguir isolar a informação, desatrelando-a dos processos e objetos nas quais se encontra inserida, bem como descontextualizá-la do ambiente sociocultural em que foi produzida, acessada ou usada.

A informação é um produto cultural (ARAÚJO, 2003b) e, como tal, encontra-se sujeita a relação tempo/espaço. Ou seja, a informação materializa-se em algum momento dentro do movimento que ocorre entre o tempo e o espaço. Consequentemente, o seu acesso e reenergização estão condicionadas a fatores temporais e espaciais delimitados pela cosmovisão de cada comunidade e de suas necessidades informacionais⁴⁴.

Nesse sentido, a possibilidade de universalização do conceito de informação torna-se improvável, pois cada período e comunidade definem por meio de um conjunto de representações sociais, valores, língua, conceitos e significados das estruturas inerentes ou conexas a informação que é acessada. Os discursos dominantes e, por conseguinte, excludentes (FOUCAULT, 2010), determinaram as características vigentes e predominantes na determinação do estado de latência ou de reenergização da informação.

No entanto, a possibilidade de apreensão das características e do comportamento da informação dentro de seus fluxos, bem como os processos

⁴⁴ Percebam: “Todo comportamento está escorado por um conjunto de crenças; todo modo de agir se reporta a uma cosmovisão específica, seja declarada, seja inconsciente. E as cosmovisões não surgem no vácuo, mas são parte do tecido de ideias que sustenta determinada sociedade. Ninguém é um núcleo absolutamente original e imprevisível de pensamentos; sempre reproduzimos em alguma medida as ênfases de nosso tempo. Essas percepções me parecem estar desaparecendo das mentes contemporâneas, à medida que a descontinuidade ganha terreno sobre a continuidade e oferece a sensação de que é impossível um desenho nítido do que vivemos.” (BRAGA, 2013).

decorrentes daí, como a gestão da informação, os estudos da memória, estudos de usuário, de necessidades informacionais dão um limite e uma pista do que vem a ser informação para a Ciência da Informação.

Entende-se que o objeto da Ciência da Informação não é a informação em um sentido anatômico, mas a informação em sua *instrumentalidade*. Essa instrumentalidade aponta para uma gama de processos (alheios a esta pesquisa), mas imerso em aspectos inerentes ao espaço e ambiente social. De modo que a compreensão da Ciência da Informação passa necessariamente pela compreensão de que sociedade a concebeu, a governa e a delimita.

Nesse sentido, a informação é ponte que aponta para o horizonte que a cerca, sinalizando tanto a suas raízes quanto a copa frondosa. Portanto, passa-se a análise da sociedade da informação, a procurar pistas e evidências que possam nos levar a encontrar a partir daí a Ciência da Informação que aqui se procura.

2 E O SAGRADO SE TORNOU HILÁRIO

*É que o sagrado se tornou hilário
Ascendeu em abril se espatifou em maio
E o que é que ficou?
Ficou o riso amarelo
(Sagrado, Palavrantiga)*

*Relax
I'll need some information first
Just the basic facts
Can you show me where it hurts
(Confortably Numb, Pink Floyd)*

Sem sombra de dúvidas, o Holocausto representa um divisor de águas na história contemporânea. O horror infligido pelos nazistas, com sua política de limpeza étnica, seus campos de concentração e de extermínio, provocaram ânsia em toda a comunidade global. Segundo Bauman (1998, p. 26),

O indizível horror que permeia a nossa memória coletiva do Holocausto (ligado de maneira na fortuita ao premente desejo de não encarar essa memória de frente) é a corrosiva suspeita de que um desvio no caminho de outra forma reto do progresso, mais do que um tumor canceroso no corpo de outra forma sadio da sociedade civilizada; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita no mesmo corpo. O que a gente talvez mais teme é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

A primeira reação foi criminalizar os nazistas pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, o que se materializa com a implantação do Tribunal de Nuremberg – composto pelas nações aliadas.

O Tribunal não deixou de ser uma maneira com que os aliados mostrassem a sua possível superioridade sobre os nazistas acusados. Isto evidencia-se quando Lafer afirma que "[...] o Direito do momento do segundo pós-guerra, teve como nota básica situar no âmbito do Judiciário a reação dos vencedores aos crimes do nazismo" (1988, p.169). Por sua vez, em sua boa obra, Smith vai mais longe ao escrever que "[...] os governos aliados decidiram conscientemente lutar de uma forma que provaria ao povo alemão ter sido derrotado numa guerra mundial [...]" (1979, p.321). Percebe-se que o Tribunal foi tanto político quanto jurídico, pois era consenso entre os aliados mostrar sua superioridade sobre os nazistas. Após o

término do conflito, muitos falaram que aquele a ser criado deveria ser um Tribunal Internacional. Por outro lado, outras pessoas acreditavam que mesmo sendo ele um Tribunal Internacional os atos que praticaria também seriam arbitrários. Aqui partilhamos da ideia de que o Tribunal de Nuremberg foi totalmente parcial, pois somente os nazistas foram julgados, enquanto que os crimes dos aliados passaram em branco. Sabemos da dificuldade que seria para que os aliados sentassem nos mesmos bancos que os réus alemães e as circunstâncias diferentes, entretanto partilhamos da ideia que os crimes dos aliados deveriam ser julgados por uma Corte Internacional. (CZOVNY e MARTINS, 2008)

Em sua análise do Holocausto, Bauman (1998) deixa claro que os elementos que o compusera são elementos comuns, ordinários, existentes dentro da própria comunidade. Não descarta, nem despreza a singularidade de tal evento, mas os seus elementos permanecem em toda e qualquer sociedade. “A máquina de destruição não era, pois, estruturalmente diferente da sociedade alemã organizada como um todo. A máquina de destruição era a comunidade organizada num dos seus papéis especiais” (HILBERG, 1983, p. 994).

O Holocausto termina por comprovar que na civilização estão latentes aspectos da barbárie, pois

O mundo dos campos da morte e a sociedade que engendra revelam o lado progressivamente mais obscuro da civilização judaico-cristã. Civilização significa escravidão, guerras, exploração e campos da morte. Também significa higiene médica, elevadas ideias religiosas, belas artes e requintada música. É um erro imaginar que civilização e crueldade selvagem sejam antíteses... Em nosso tempo as crueldades, como muitos outros aspectos do nosso mundo, passaram a ser administrados de maneira muito mais efetiva que em qualquer época anterior. Não deixaram e não deixarão de existir. Tanto a criação como a destruição dos aspectos inseparáveis do que chamamos civilização. (RUBENSTEIN, 1978, p. 91)

Os campos de concentração eram a instituição paradigmática do totalitarismo, “o laboratório no qual se experimenta o ‘tudo é possível’ da convicção totalitária” (LAFER, 1988, p. 117), os quais são fruto de uma organização social ampla, profunda e bem mais complexa do que aparentemente é.

O totalitarismo representa uma proposta de organização da sociedade que almeja a dominação total dos indivíduos. Encarna, neste sentido, o processo de ruptura com a tradição, pois não se trata de um regime autocrático, que em contraposição dicotômica a um regime democrático busca

restringir ou abolir as liberdades públicas e as garantias individuais. Trata-se, em verdade, de um regime que não se confunde nem com a tirania, nem com o despotismo, nem com as diversas modalidades de autoritarismo, pois se esforça por eliminar, de maneira historicamente inédita, a própria espontaneidade – a mais genérica e elementar manifestação da liberdade humana. Gera para alcançar este objetivo, o *isolamento* destrutivo da possibilidade de uma vida pública – que requer a ação conjunta com outros homens – e a *desolação*, que impede a vida privada. [...] A eliminação da espontaneidade, através do isolamento e da desolação, só se viabiliza plenamente nas condições do campo de concentração (LAFER, 1988, p. 117).

No Holocausto percebe-se que a instrumentalidade da razão atinge o seu ápice, ou seja, é mais importante a *administração da vida* a uma *reflexão moral* sobre as ações empreendidas para resolução dos problemas apresentados e enfrentados (PONDÉ, 2009). Portanto, se a resolução passa por campos de concentração e extermínio, que assim o seja. Representa necessariamente a desilusão com a razão instrumental⁴⁵ e a necessidade de uma nova racionalidade.

Em Bauman (1998), a singularidade no Holocausto não está (apenas) na brutalidade de seus métodos, mas na singeleza de seus atores, na normalidade, movido por interesses comuns e racionalmente lógicos, como o cumprimento de leis ou ascensão profissional. Assim, o Holocausto e, por conseguinte, a razão instrumental herdada do Iluminismo – e, portanto, característica da Modernidade –, contém a lógica condutora das ações maculadas e inerentes ao conceito de *banalidade do mal* (ARENDT, 1964), em que “tudo é possível” quando se é feito em nome do progresso – em suas múltiplas dimensões, a saber: econômico, social, cultural, estrutural, bélico, jurídico etc. – e, por conseguinte, da melhoria das condições de vida.

O “tudo é possível”, na dinâmica do totalitarismo, parte do pressuposto, [...] de que os seres humanos são supérfluos. Tal pressuposto contesta a afirmação kantiana de que o homem, e apenas ele, não pode ser empregado como um meio para realização de um fim, pois é fim em si mesmo, uma vez que apesar do caráter profano de cada indivíduo, ele é sagrado já que na sua pessoa pulsa a humanidade. (LAFER, 1988, p. 117s.)

⁴⁵ “[...] ou ‘ação racional com relação a fins’, isto é, procedimentos lógicos-racionais que buscam fins práticos e concretos em detrimento do lado sensível, emotivo, estético e contemplativo do ser humano.” (ALVES, 2000, p. 02)

Dos escombros do Holocausto, emerge o medo, a vontade e o desejo, além da matéria-prima para a construção de uma nova era. É necessário emergir uma nova era, que se oponha a modernidade e seu apetite para destruição e, já que é dos escombros que se começará, urge a necessidade de se construir novas bases, novos fundamentos, novos alicerces. Para Pondé (2009), esta compreensão desperta uma nova consciência, a *consciência pós-moderna*⁴⁶. Caracterizada pelo despertar de um maldito sonho colorido, que foi a modernidade, e, ao mesmo tempo, esperançosa da possibilidade de construção de um mundo distante e antagônico aos parâmetros destrutivos, causticantes, universalizantes e absolutos, que não libertam, mas aprisionam em uma tentativa de tornar preto e branco uma realidade magistralmente colorida.

Destarte, a era pós-moderna pode ser representada pelo deus romano, Jano (fig. 4), haja vista que cada passo a frente na pós-modernidade conduz a um olhar reflexivo, atento e, em certos casos, reprovador da estrada que a conduziu até ali, qual seja a modernidade.

⁴⁶ “Os estudiosos não estão de acordo quanto as implicações do pós-modernismo, entretanto, são unâimes em relação a um ponto: este fenômeno marca o fim de uma cosmovisão única e universal. O espírito pós-moderno resiste às explicações unificadas, abrangentes e universalmente válidas. Ele as substitui por um respeito pela diferença e pela celebração do local e do particular à custa do universal. O pós-modernismo, de modo semelhante, implica uma rejeição da ênfase na descoberta racional por meio do método científico, que era o fundamento intelectual da tentativa moderna de construir um mundo melhor. Em sua base, portanto, a perspectiva pós-moderna é *antimoderna*. (...) O adjetivo *pós-moderno*, entretanto, não se limita a descrever somente uma atitude intelectual. A rejeição pós-moderna da ênfase na racionalidade, característica da era moderna, encontra expressão em várias dimensões da sociedade contemporânea. Em anos recentes, a estrutura mental pós-moderna aparece em vários veículos tradicionais de expressão cultural, dentre eles, a arquitetura, a arte e o teatro. Além disso, o pós-modernismo está cada vez mais presente na sociedade como um todo. Podemos detectar um deslocamento do moderno para o pós-moderno na cultura ‘pop’ que vai dos vídeos musicais desconexos à nova série de *Jornada nas estrelas* chegando até a nova procura por espiritualidade no mercado e a justaposição dos diferentes estilos de roupa que muitas pessoas usam. (...) O *pós-modernismo* tem a ver com uma atitude intelectual e com uma série de expressões culturais que colocam em questão os ideais, princípios e valores que se acham no centro da estrutura mental moderna. A *pós-modernidade*, por sua vez, refere-se a uma época emergente, à era em que estamos vivendo, ao tempo em que a perspectiva pós-moderna molda cada vez mais nossa sociedade. A pós-modernidade é a era em que reinam as ideias, as atitudes e os valores pós-modernos – trata-se de um tempo em que a cultura é moldada pelo pós-modernismo. É a era da sociedade pós-moderna.” (GRENZ, 2008, p. 26s.)



Figura 4 Deus romano Jano (*Ianus*)⁴⁷.

Assim, pensar a pós-modernidade é, em um primeiro momento, pensar em tal perspectiva diante da vida e, em um segundo momento, pensar num habitat pós-moderno. A primeira tarefa está na ordem da *consciência*, enquanto a segunda na ordem do *quando* (PONDÉ, 2009). Noutras palavras, passa-se a uma negativa de uma racionalidade instrumental, desconstruindo tudo que a própria modernidade já destruiu, ou seja, há apenas a tentativa de desconstruir estruturas que já estão em ruínas, geradas pelo processo dialético (*progresso*) comum a modernidade.

As primeiras provas do espírito característico básico da pós-modernidade foram, em grande medida, negativas. Este espírito decorre da rejeição radical da estrutura mental do Iluminismo que deu origem à modernidade. Podemos achar traços do espírito pós-moderno por toda parte em nossa sociedade. Acima de tudo, porém, ele permeia a consciência da geração emergente e constitui uma ruptura radical em relação às suposições do passado. [...] A consciência pós-moderna abandonou a crença iluminista do progresso inevitável. Os pós-modernos não deram continuidade ao otimismo que caracterizou as gerações precedentes. Pelo contrário, demonstram um pessimismo corrosivo. (GRENZ, 2008, p. 27s.)

⁴⁷ Segundo a mitologia romana, mas também etrusca, Jano (do latim *Janus* ou *Ianus*) era o porteiro celestial, sendo representado com duas cabeças, simbolizando os términos e os começos, o passado e o futuro, o dualismo relativo de todas as coisas, sendo absoluto somente a Divindade. Em seu templo, as portas principais ficavam abertas em tempos de guerra e eram fechadas em tempos de paz. Jano preside tudo o que se abre, é o deus tutelar de todos os começos; rege ainda tudo aquilo que regressa ou que se fecha, sendo patrono de todos os finais. Jano foi a inspiração do nome do primeiro mês do ano (janeiro, do latim *januarius*), o qual foi acrescentado ao calendário por Numa Pompílio (715-672 a.C.), sucessor de Rômulo, personagem histórico-mítico que, segundo Plutarco, teria fundado Roma em 21 de março. (Fonte: <http://www.gnosisonline.org/mestres-da-senda/deus-jano/>).

A modernidade, em seu delírio progressista, avança na destruição/transformação do espaço urbano, preservando algumas estruturas do passado não para reverenciá-lo, mas para demonstrar por meio do contraste a certeza do progresso (HARVEY, 1996, p. 21ss.). Portanto, a presente era (pós-moderna) corresponde a um período de transição entre o paradigma moderno/iluminista, caracterizada pela razão instrumental, e o novo paradigma emergente (SOUZA, 1989). Eis a era de Jano!

A ciência moderna, por sua vez, extrai da razão⁴⁸ a sua legitimidade, bem como a segurança e confiabilidade de suas conclusões. Isso se torna possível por meio da adoção de métodos e da objetividade/neutralidade do cientista. Nesse sentido, significativas as observações de Mattelart (2006, p. 84s.):

A legitimidade da “comunidade científica” vem de sua natureza carismática. Universalista e desinteressada, essa “comunidade carismática” está desvinculada da ideologia “no sentido em que não postula um conjunto de crenças formais, e sim que ela tem um *ethos* que prescreve implicitamente regras de comportamento (...). Ela se aproxima ao máximo do ideal da *polis grega*, uma república de homens e mulheres livres unidos em uma busca comum da verdade” (Bell, 1973, p. 380). A vitalidade do *ethos* permite à comunidade científica defender-se contra a burocratização, contra o servilismo político, contra o totalitarismo. A ciência é uma vocação. “Seu aspecto carismático confere-lhe essa qualidade ‘sagrada’ enquanto modo de vida para seus membros. Como a cristandade, essa dimensão carismática confere-lhe essa qualidade de ‘sagrada’ enquanto modo de vida para seus membros. Como a cristandade, essa dimensão carismática faz com que ela tenha o atrativo de uma utopia recorrente e até mesmo do messianismo. Será a tensão entre esses elementos carismáticos e as realidades da organização em grande escala que configurará as realidades políticas da ciência em uma sociedade pós-industrial” (Bell, 1973, p. 408). Há um corte entre essa *intelligentsia* livre de ideologias e adquirida graças às tecnociências e os intelectuais de formação literária “dominados por modos de pensamento hedonista, niilistas e apocalípticos”.

A ciência moderna assenta-se sobre dois elementos constitutivos, herdados da Ilustração, a saber: a razão e a crítica (ROUANET, 1987, p. 31). É a combinação desses elementos que proporcionam a sua atividade e que legitima a sua ação. A confiabilidade de suas conclusões e experimentos dependem da combinação desses dois elementos. A ponto de ser possível

⁴⁸ Aqui *razão instrumental*, (BITTAR, 2009, p. 40).

afirmar que “Uma crítica que não seja racional ou uma razão que não seja crítica não podem ser consideradas iluministas” (ROUANET, 1987, p. 31). Destarte, a ciência moderna é essencialmente uma ciência centrada no Iluminismo – no sentido empregado por ROUANET (1987).

Entretanto, tanto a razão quanto a crítica estão em profunda crise. A razão iluminista foi objeto de críticas e de críticos contumazes, alguns a analisaram com parcimônia sem rompimentos (como Weber, Marx, Adorno, Horkheimer, dentre outros), há os que a sepultaram e romperam lançando as bases de um novo meio de pensar (Nietzsche, Foucault, Derrida, dentre outros).

Em sua crítica, Horkheimer (2002, p. 15ss.) aduz que

A razão jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas que renunciou, por fim, até mesmo a tarefa de julgar as ações e o modo de vida do homem. [...] A razão objetiva aspira a substituir a religião tradicional pelo pensamento filosófico metódico e tornar-se assim uma fonte de tradição por si mesma.

Neste sentido, está a se afirmar que a razão instrumental constrói um mundo a partir de suas perspectivas, as quais permanecem, em certo sentido, subjetiva. Dito de outro modo: “a ciência é um produto humano” (LACEY, 2006, p. 471).

O cientista não consegue, mesmo que se esforce, neutralizar seus pré-conceitos, sua cosmovisão, imprimindo a realidade uma leitura que em última instância permanece subjetiva, quer pelo emprego de métodos pré-estabelecidos que limitam e/ou condicionam os resultados, ou por meio da liberdade ampla que travesti o senso comum de conhecimento científico.

Longe está de ser um problema restrito apenas a ciência moderna, pois a ciência pós-moderna ainda não conseguiu superá-lo. Dito de modo mais simples, a ciência perdeu a sua legitimidade, pois a razão é posta em dúvida. Na crítica de Horkheimer (2002, p. 59),

A redução da razão a um mero instrumento afeta finalmente até mesmo o seu caráter como instrumento. O espírito antifilosófico que é inseparável do conceito subjetivo de razão, e que na Europa culminou com a perseguição totalitária aos intelectuais, fossem ou não seus percursoras, é sintomático da degradação da razão.

Para ele, a razão instrumental ambicionava “desenvolver um sistema abrangente, ou uma hierarquia, de todos os seres, incluindo o homem e seus fins”. De modo que,

O grau de racionalidade de uma vida humana pode ser determinado segundo a sua harmonização com essa totalidade. A sua estrutura objetiva, e não apenas o homem e os propósitos, era o que determinava a avaliação dos pensamentos e das ações individuais. Esse conceito de razão jamais excluiu a razão subjetiva, mas simplesmente considerou-a como a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal, da qual se derivam os critérios de medida de todos os seres e coisas. A ênfase era colocada mais nos fins do que nos meios. (HORKHEIMER, 2002, p. 10s.)

Com isso, a certeza epistemológica⁴⁹, algo desejável e alcançável, sob o prisma epistemológico moderno, qual cria na capacidade racional humana de compreensão plena e profunda do mundo (KANT, 2004; CARSON, 2010) encontra-se maculada, carente de plausibilidade, estabilidade e segurança. De modo que, sob o prisma pós-moderno, chegue-se a conclusão de que “nenhum tipo de ‘fundamento’ é seguro, pois somente são ‘autoevidentes’ no contexto de determinadas culturas” (CARSON, 2010, p. 119).

Um segundo ponto a demandar atenção é o *universalismo a-histórico*, a crença de que em uma verdade e/ou em verdades universais, ou seja, a crença na dogmatização social, econômica, cultural etc. A crítica é ampla nesse sentido, pois a afirmação de uma verdade universal implica em uma descartabilidade por parte dos demais saberes. O positivismo causa uma impressão da realidade, constrói meras representações que não correspondem integralmente a realidade. É uma aparente homogeneidade (LÉON, 2012), que oculta uma intricada rede de elementos heterogêneos, múltiplos e mesmo díspares.

Portanto, sob tal prisma, o mundo é construído pela interação entre o subjetivo (que é o coletivo individualizado/internalizado) e objetivo (trata-se das estruturas externas que possibilitam as condições da ação). Noutras palavras, o mundo só é o que é a partir de determinado ponto de vista do sujeito, colorido com os seus preconceitos, prenóções etc.

A preocupação fundamental que diz respeito ao empreendimento do Iluminismo pode ser expressa no seu

⁴⁹ Consiste na crença na razão humana como fiel para medir, pesar e julgar fenômenos e apreender, perceber, compreender e explicar a natureza das coisas.

interesse em privar os seres humanos de suas “particularidades”, deixando nu o cerne da natureza humana – um “ser independente autônomo, e assim essencialmente moral não-social”. Para o Iluminismo, a “particularidade” era escandalosa, em que expunha a descrédito o axioma central dos constantes universais da humanidade. A natureza e a racionalidade humanas permaneciam as mesmas, independente de sua localização específica histórica, social, cultural ou cronológica. O “projeto Iluminismo” inteiro pode, portanto, ser entendido como um esforço sustentado da parte de seus pensadores para desenvolver ciência, moralidade e lei universal objetivas, e arte autônoma segundo sua lógica interior. (McGRATH, 2007, p. 139)

Entretanto, a “degradação da razão” desencadeou profundas mudanças, que culminam na pós-modernidade e, indubitavelmente, o Holocausto simboliza – ou aponta para – essa ruptura. Em sua recusa de repetir os mesmos erros, o mundo começa a erguer bandeiras, ampliar direitos e desconstruir verdades (absolutas) para superar o horror, ou melhor, os valores e mecanismos usuais e cotidianos que alimentaram e sustentaram a tragédia.

A perspectiva pós-moderna opõe-se nitidamente ao universalismo, desconfiando da razão e buscando construir um novo paradigma a partir da superação do antigo e insatisfatório paradigma positivista. Nesse esforço, Santos (1989) sugere não um rompimento definitivo, mas a incorporação da aproximação da ciência ao senso comum, incorporando-o e construindo um conhecimento científico não hierarquizado, mas em mesmo nível que os demais saberes. O esforço é para se alcançar uma “ciência contextual, contingencial e circunstancial”, conferindo “à ciência moderna um estatuto análogo a outras manifestações culturais, como a religião e a arte, tornando-se uma prática mais humana” (AQUINO, 2011, p. 10).

No mais na epistemologia moderna o universalismo carrega a característica de ser *a-histórico*, ou seja, as verdades alcançadas por meio da ciência não se submetem ou são afetadas pelo processo histórico, independem dos contextos histórico e social em que foram concebidas. São verdades eternas e imutáveis, até que se prove o contrário. Por exemplo, se um estudo analisar o comportamento sexual dos jovens europeus na faixa etária de 18 a 25 anos, todos de classe média alta, as conclusões de tal estudo podem ser aplicadas também ao comportamento sexual dos jovens brasileiros na faixa

etária de 18 a 25 anos, de classe média alta, desconsiderando as diferenças climáticas, culturais, econômicas, dentre outras.

Isso decorre como consequência do *princípio da neutralidade*, o que leva o positivismo a negar “o condicionamento histórico-social do conhecimento” (LÖWY, 1987, p. 18). Nesse ponto, há que se esclarecer que não se pode confundir o positivismo com a modernidade, ainda que a modernidade preserve uma *dimensão positiva* (LÖWY, 1987, p.18). Löwy (1987, p. 17) estabelece três premissas fundamentais do positivismo, a saber: a) a sociedade é regida por leis naturais, ou seja, o comportamento social pode ser explicado e entendido a partir da proposição de leis universalmente aceitas, haja vista serem invariáveis; b) a sociedade pode ser “epistemologicamente assimilada pela natureza” ao ser estudada por meio dos mesmos métodos e metodologia empregados as ciências da natureza, e; c) as ciências sociais devem limitar-se à observação e explicação causal dos fenômenos, sempre de forma objetiva, axiologicamente neutra e imparcial, desnudando-se previamente o observador de seus preconceitos e prenoções de qualquer ordem.

Com base nesse sistema a ciência moderna é construída, mas em sua trajetória vão surgindo críticos a exemplo de Weber e Marx, que divergem em um ou outros desses pontos, quer em seus aspectos, quer em sua totalidade, moldando e transformando a ciência moderna, apontado novas direções e perspectivas, sem, contudo, romper em definitivo com o sistema positivista. Nesse sentido, pode-se concluir pela existência de uma dimensão positivista na ciência moderna, mas não em um reducionismo desta a um modelo estanque de ciência positiva. De modo a poder concluir, que a modernidade a que se opõe a pós-modernidade não é necessariamente a modernidade com quem sugere ter uma ruptura. Então, de qual modernidade a pós-modernidade faz oposição?

2.1 Velhas verdades ou ideias à deriva

*Quero falar das velhas verdades
Pois o novo às vezes soa estranho demais*
(*Verdades Eternas*, Eduardo Mano)

*Counting all different ideas drifting away
Past and present they don't matter
Now the future's sorted out
Watch her moving in elliptical patterns
Think it's not what you say
What you say is way too complicated
For a minute thought i couldn't tell how to fall out*
(1901, Birdy)

“A verdade é peculiar. São versões de mentiras.”
(Somni 451, personagem do filme *Cloud Atlas*)

Como visto anteriormente, o período do Pós-Guerra é um período de bipolarizações, mas de densas mudanças e constantes tensões que apontam para uma era de progresso(?) inimaginável(?), com a corrida espacial, a informática, as novas tecnologias da informação, a robótica, a biotecnologia, a energia nuclear etc. Todas essas mudanças aprofundam-se com a inclusão dessas tecnologias no universo cotidiano, por meio de eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e, certamente, pelos computadores pessoais, telefones celulares e pela *internet*.

O cartunista argentino Quino ilustrou por meio do seu pincel e, principalmente, por meio de sua personagem mais famosa, a *Mafalda*, as incongruências do capitalismo e da sociedade burguesa, tecendo críticas bem-humoradas e profundas, as quais em muitos momentos fazem as vezes de espelho refletindo fidedigna o cotidiano da sociedade capitalista.



Figura 4 Quino. Fonte: Depósito de Tirinhas.

Segundo Bittar (2009, p. 42),

A modernidade implica um longo processo histórico, a iniciar-se em meados do século XIII e a desdobrar-se em sua consolidação até o século XVIII, de desenraizamento e de laicização, de autonomia e liberdade, de racionalização e de mecanização, bem como de instrumentalização e de industrialização. Dessa forma, pode-se dizer que modernidade envolve aspectos de ideário intelectual (científico e filosófico) associados a outros aspectos econômicos (Revolução Industrial e ascensão da burguesia) e políticos (soberania, governo central, legislação) conjunturalmente relevantes. (BITTAR, 2009, p. 42).

Contudo, o conceito acima restringe a modernidade apenas a seu aspecto cronológico, omitindo a existência do conceito qualitativo de modernidade. Sob este aspecto, a modernidade longe está de ser superada ou ultrapassada, pois não se pode reduzi-la ao projeto positivista, desconsiderando que mesmo antes de ser deflagrada a pós-modernidade, já existiam aqueles que contestavam o positivismo, a exemplo de Weber e Marx, sem, contudo, serem incluídos entre os autores pós-modernos. Não se pode numa reação a razão extremada do positivismo, agir de maneira também

extremada na direção da pós-modernidade. A modernidade é um movimento dinâmico, com base na razão humana, mas não aprisionado a uma razão quase “divina”, imune à contaminação ou às influências culturais externas ao objeto de observação ou experimentação. Trata-se de uma razão sujeita a crítica e a autocritica, capaz de perceber seus limites e compreender os melindres do espaço em que se move, uma vez que a “verdadeira razão é consciente dos seus limites, percebe o espaço irracional em que se move e pode, portanto, libertar-se do irracional” (ROUANET, 1987, p. 13).

Destarte, o conceito de modernidade não se restringe a um momento histórico pré-definido, remetendo a um processo contínuo de renovação, ressignificação, que dificilmente culminará numa total ou completa superação. Tal processo é marcado pela oposição, antagonismo e/ou rivalidade entre novas teses ou métodos e as teorias e métodos anteriormente postos.

Portanto, torna-se possível a compreensão dos conceitos de modernidade estabelecidos por Giddens (1991, p. 10s.)⁵⁰, Habermas (2001, p. 170)⁵¹, Latour (1994, p. 15ss.)⁵² e Berman (2007, p. 24)⁵³. Assim, percebe-se que a ruptura é elemento característico da modernidade.

⁵⁰ “Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvincilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las.”

⁵¹ “[...] a modernidade comprehende a si mesma em oposição à tradição, ela busca, por assim dizer, apoio na razão. Mesmo se aqueles que se comprehendem como modernos sempre encontram um passado idealizado para imitar, agora uma modernidade que se tornou reflexiva deve justificar segundo parâmetros próprios a escolha desses modelos e criar toda normatividade a partir de si mesma. A modernidade deve se estabilizar a partir da única autoridade que lhe restou, a saber, da razão. Pois apenas em nome do Iluminismo ela desvalorizou e superou a tradição. Com base nessa afinidade eletiva, Hegel identifica a necessidade de autocertificação da modernidade como ‘necessidade da filosofia’. A filosofia nomeada como guardiã da razão comprehende a modernidade como filha do Iluminismo.”

⁵² “A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras ‘moderno’, ‘modernização’ e ‘modernidade’ aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. ‘Moderno’, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala

A razão instrumental do Iluminismo corresponde a apenas uma de suas fases, mas a própria modernidade responde de modo a corroê-la e, por conseguinte, formula novas alternativas e adequações, sem com isso produzir uma ruptura radical com a racionalidade. Noutras palavras, *repensar a racionalidade moderna não implica em abraçar a irracionalidade* (ROAUNET, 1987).

De igual modo, concorda-se com Santos (1989, p. 23) ao afirmar que o apogeu da dogmatização da ciência – o apogeu do positivismo – é também o início de seu processo de *desdogmatização*. Não há incoerência em tal concordância, pois tal qual supõe Santos, é certo que a modernidade existe e se estabelece com um apetite voraz e a necessidade de autotransformação, necessárias a sua expansão e sobrevivência no espaço e tempo. Trata-se de um reflexo de sua criadora, pois, sem sombra de dúvida, a modernidade é fruto do pensamento burguês:

Historicamente, a burguesia desempenhou um papel revolucionário. [...] Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruiu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem e seus “superiores naturais”, deixando como única forma de relação de homem a homem o laço do frio interesse, o insensível “pagamento à vista”. Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substitui a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal. [...] A burguesia despojou de sua auréola toda a ocupação até então

uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo, se o qualificamos através de preposições, e porque nos sentimos menos seguros ao manter esta dupla assimetria: não podemos mais assinalar a flecha irreversível do tempo nem atribuir um prêmio aos vencedores. Nas inúmeras discussões entre os Antigos e os Modernos, ambos têm hoje igual número de vitórias, e nada mais nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou as aperfeiçoam. De onde o ceticismo interessantemente chamado de ‘pós’-moderno, ainda que ele não saiba se é capaz de suceder para sempre aos modernos.”

⁵³ “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade de paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’.”

considerada honrada e encarada com respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados. [...] A burguesia rasgou o véu sentimental da família, reduzindo as relações familiares a meras relações monetárias. [...] A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. Ao contrário, a conservação do antigo modo de produção constituía a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e certeza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e ideias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie. [...] A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. [...] Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão-se destruindo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam matérias-primas autóctones, mas matérias-primas vindas das zonas mais remotas; indústrias cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que requerem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local e da autossuficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais surge a literatura universal. [...] Com o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os baixos preços de suas mercadorias formam a artilharia pesada com que destrói todas as muralhas da China, com que obriga à capitulação os bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Força todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção; força-as a adotarem o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem. (MARX e ENGELS, 2003, p. 28ss.)

A burguesia, segundo o texto, é sempre levada a rever os seus próprios conceitos e valores, adequando-os ao seu modo de produção e interesses. Como fruto da burguesia, a modernidade reflete os sentimentos e desejos da burguesia. Um exemplo evidente é a universalização, haja vista, ser interesse da burguesia, mormente, sobre os aspectos econômicos a uniformização de comportamentos e a construção de valores semelhantes em todo o globo para garantir o consumo de seus produtos e, para além disso, de seu modo de viver e pensar.

Em descrédito ao positivismo, Marx e Engels deixam claro que as sociedades são influenciadas pelo processo histórico. Santos (1989, p. 25), ao afirmar que a ciência não se submete ao tribunal da razão (como desejado por Kant), mas ao tribunal do devir histórico do homem no mundo, está, em certa medida, reconhecendo que o historicismo não apenas influencia, mas também deve nortear o desenvolvimento científico atribuindo ao mesmo uma coerência moral, axiológica, quebrando com a mera instrumentalidade que tenta condicionar a realidade às suas conclusões e limites de seus experimentos e observações.

Como dito, a pós-modernidade pugna pela ruptura com a instrumentalidade da razão iluminista, mas não se está a romper em definitivo com as estruturas preexistentes, sob pena de negar-se a si mesma. Há assim a coexistência de elementos modernos (positivistas) e de elementos pós-modernos (sensíveis) na prática e na construção da ciência (SANTOS, 1989; LATOUR, 1994) e não a superação de uma pela outra (KUMAR, 1997).

Assim, resta claro as dimensões do moderno e do pós-moderno, com a devida ressalva da relação de interdependência, coexistindo elementos dogmatizantes e desdogmatizantes, fazendo supor a existência de um equilíbrio ou mesmo de uma tentativa de equilíbrio entre ambos para consecução de um bem maior, qual seja o conhecimento científico axiologicamente guiado, comungando de elementos instrumentais e sensíveis da racionalidade, terminando por combinar razão objetiva e subjetiva, como argumenta Horkheimer (2002) em sua crítica.

Com isso, percebe-se que o sagrado se tornou hilário, haja vista não corresponder aos anseios vigentes em uma nova sociedade e em um novo tempo em que se elege por deus, o velho Jano, permanecendo a sombra de

um passado, projetando seu olhar para o futuro e abandonando o presente a sombra de uma reflexão a que se chama, majoritariamente, de pós-modernidade.

3 CIÊNCIA, INFORMAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE

*I was just guessing at numbers and figures
 Pulling the puzzles apart.
 Questions of science, science and progress
 Don't speak as loud as my heart.
 So tell me you love me, come back and haunt me,
 Oh, when I rush to the start
 Running in circles, chasing in tails
 Coming back as we are.
 (The Scientist, Coldplay)*

“Agora eu entendo que existem limites entre ruído e som, as convenções. Todos os limites são convenções esperando pra transcender. Um pode transcender a qualquer convenção, se apenas um conceber primeiro e fazê-lo. Em momentos como esse, posso sentir a batida do seu coração. E eu sei que a separação é uma ilusão.”

(Robert Frobister, personagem do filme Cloud Atlas)

Uma menina loira de olhos claros caminha em direção as margens de um lago para colher flores silvestres. Por entre os arbustos surge um enorme homem desengonçado com o olhar abobalhado, de quem a pequena Maria se aproxima e com leveza e inocência de criança se apresenta: “Como é o seu nome? O meu é Maria! Quer brincar comigo?”. A pequenina mão toma a gigantesca mão e, em silêncio, entrecortado apenas pelos pesados passos do monstro, o conduz às margens do lago, onde atônito o monstro cheira uma das flores e esboça um sorriso e um gemido de espanto perante a gentileza nunca experimentada, ajoelha-se perante a inocente menina. A menina lança uma das margaridas sobre o lago e o monstro faz o mesmo, ela lança outra das flores e ele também. E, no mesmo instante, enche-se de alegria e olha as suas mãos com o espanto de ser capaz de fazer algo bom e, em inocente alegria infantil, lança a menina ao lago, em meio a seus inúteis protestos, lançando-a a própria morte⁵⁴.

⁵⁴ Cena disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=OhSbqcF_sQM. Acesso em: 12 fev. 2013.



Figura 5 Frankenstein (1931). Fonte: Blog Telecine Brasil

A cena descrita acima pertence ao clássico do cinema Frankenstein⁵⁵ (1931), estrelado pelo lendário ator inglês, Boris Karloff.⁵⁶ O terrível monstro criado por Victor Frankenstein vive o dilema de se compreender humano, mas amarga a tristeza de ser uma aberração.

Pela primeira vez na literatura, um monstro é dotado de sentimento e de inocência, o que caracteriza talvez o seu horror. Seus atos monstruosos são reflexos de seu medo da sociedade que o teme, quer por sua aparência, quer por aquilo que representa, qual seja a possibilidade de gerar vida por meio da ciência. Portanto, admitir o monstro é negar a soberania divina na criação e ressaltar o engenho e a soberania da racionalidade humana.

Para a tristeza do monstro, a ciência moderna foi capaz de criá-lo, mas incapaz de lidar com ele. O universalismo termina por condicionar e padronizar os comportamentos, sentimentos e culturas, não tendendo a compreensão do pluralismo e da diversidade cultural, enfatizados pela pós-modernidade (CARSON, 2010; GRENZ, 2008). O discurso da diferença e da tolerância é recente e ganha espaço em detrimento do moderno discurso da igualdade (PIERUCCI, 2000).

Ao invés da tolerância, o que se vê são camponeses munidos de tochas, foices, facões etc., sedentos por vingança, determinados em seu julgamento e condenação daquilo que é diferente é consequentemente maligno.

⁵⁵ Baseado no romance homônimo de Mary Shelley.

⁵⁶ Para informações sobre o ator: http://pt.wikipedia.org/wiki/Boris_Karloff.

O monstro é fruto de uma racionalidade inculcada e apelidada de genialidade, mesmo distante do conhecimento comum, sensível e, mesmo, irracional, disseminado e agregado sobre a alcunha de conhecimento vulgar.

Frankenstein é um arquétipo do dilema moderno, o de lidar com o progresso que ela mesma construiu, a saber, um corpo vivo que desdenha da própria morte. A modernidade ainda existe, ainda afronta, ainda pulsa, arrastando-se por entre espaços vazios, ruas desertas, escombros e prédios abandonados a espera de um novo alento, de um sinal de esperança que restitua a segurança, a paz e a normalidade.

Epistemologicamente, a modernidade e a pós-modernidade guardam semelhanças e diferenças, aspectos positivos e negativos (CARSON, 2010). Destacou-se anteriormente um elemento característico da epistemologia moderna/positiva, a saber, o *universalismo a-histórico*. A pós-modernidade como estado de reflexão da modernidade (KUMAR, 1997), em um primeiro momento, tende a negar a modernidade, numa oposição irracional a tudo que é moderno (LYOTARD, 2000), como quem deseja enterrar e esquecer um cadáver em uma cova anônima (GRENZ, 2008, p. 26ss.).

Nesse afã de negar a modernidade, a pós-modernidade aponta para o *relativismo*, negando a existência de qualquer forma de verdade absoluta/universal, compreendendo apenas a existência de perspectivas plurais que tornam verdade qualquer conclusão para um determinado grupo dentro de um dado contexto histórico, espacial e cultural. Porém, ao mesmo tempo, que é verdade para uns é uma versão mentirosa para outros, quem, por sua vez, constrói, argumenta e abraça a sua própria versão da verdade. Esse relativismo é uma das principais características da pós-modernidade e é apontado, por seus críticos, como um de seus pontos fracos (CARSON, 2010; GRENZ, 2008; McGRATH, 2007; ROUANET, 1987; SIMIT, TÁLAMO e KOBASHI, 2001).

Carson (2010, p. 129ss.) denomina essa tendência pós-moderna ao relativismo de *antítese manipulativa*, isto é, um relativismo segundo o qual nenhum indivíduo ou grupo social é capaz de compreender a realidade em sua totalidade, quer por sua finitude, quer pela ausência de meios aptos a consecução desse fim.

[...] ou nós, seres humanos, podemos conhecer de maneira absoluta, perfeita e exaustiva – poderíamos até dizer de maneira onisciente – ou podemos na melhor das hipóteses ter um vislumbre de uma pequena perspectiva acerca de uma coisa ou outra, sem possuir qualquer mecanismo para descobrir se essa perspectiva é uma parte importante do todo, se é uma visão distorcida ou uma visão preconceituosa do todo, e assim por diante. Tudo isso justamente por não termos como saber o que é o todo. Essa antítese deliberadamente projetada para levar todos a uma abordagem pós-moderna à verdade. Uma vez que é facilmente demonstrável o fato de que nenhum ser humano ou grupo de seres humanos jamais chegará a um conhecimento perfeito e exaustivo de algo, então essa antítese declara que só resta uma alternativa: nosso conhecimento não só é parcial, mas não temos meios para testar o quanto perto aquilo que pensamos saber de fato corresponde ao todo, à realidade. A antítese exige que sejamos perspectivistas comprometidos – i.e., que sejamos como aqueles que dizem que o ‘conhecimento’ humano nunca ultrapassa a perspectiva de um ser finito ou de um grupo de seres finitos, que não possuem meios de alcançar nenhuma perspectiva de relativa importância, uma vez que nenhum de nós pode comparar sua própria perspectiva com a realidade suprema. Afinal, os outros seres humanos olham para a mesma coisa de uma perspectiva diferente: quem pode dizer qual perspectiva mais se aproxima da realidade do todo, se nenhum de nós tem acesso à visão do todo?

Em síntese, se antítese estiver correta, e isso for tudo que há para ser dito, somos levados em direção à epistemologia pós-moderna. Essa é uma antítese raramente defendida na literatura, mas quase que unanimemente presumida pelos autores pós-modernos. (CARSON, 2010, p. 129s.)

Aqui, não se sai em defesa ao universalismo, do mesmo modo, não se trata de mera negativa, mas da ideia da falseabilidade ou da impossibilidade de se conhecer algo em sua totalidade. Trata-se da impossibilidade de transposição do abismo gnosiológico (HESSEN, 2003), impossibilitando ao homem conhecer em sua totalidade qualquer objeto que se proponha investigar (ADEODATO, 2002; CARSON, 2010), em virtude das limitações culturais e históricas.

O relativismo é fruto da compreensão de que nenhuma forma de conhecimento existe fora da influência da relação espaço/tempo (KUMAR, 1997), bem como da ênfase na diferença e na diversidade cultural (CARSON, 2010), abraçando uma dimensão local-heterogênea ao invés de uma dimensão universal-homogênea, esta compreendida como falsa, distante da realidade ou ilusória.

No entanto, o fato de todo o conhecimento ser perspectivista não altera ou anula a possibilidade de compreensão humana da verdade, sempre por meio de uma representação verossímil, haja vista para se conhecer na totalidade ser necessária a onisciência, qualidade atribuída apenas a entidades metafísicas (ARAÚJO, SIMA, GUEDES, 2007; CARSON, 2010).

No tocante a Ciência da Informação, não se levanta a questão de seu *status* de ciência, mas de sua classificação enquanto ciência pós-moderna, haja vista sua instabilidade epistemológica. Se a ciência por meio do uso de métodos, técnicas e observações não chega a nenhum resultado útil ou amplo o suficiente como se poderia construir epistemologicamente um campo do conhecimento científico, a afirmação de ser a Ciência da Informação uma ciência pós-moderna (WERSIG, 1993) não seria, no mínimo, inconsistente, contraditória e controvertida?

3.1 Maçãs verdes sobre a minha cabeça ou a ciência (pós-moderna) da informação

*Green apples hang from my tree
They belong only to me
Green apples hang from my green apple tree
They belong only to, only to me
(The Shrine/An Argument, Fleet Foxes)*

*I was following the,
I was following the pack
all swallowed in their coats
with scarves of red tied round their throats
to keep their little heads
from fallin in the snow
And I turned round and there you go
And, Michael, you would fall
and turn the white snow red as strawberries in the summertime...
(White Winter Hymnal, Fleet Foxes)*

Segundo a perspectiva pós-moderna, o paradigma positivista não é mais aceitável (SANTOS, 1995; 1989; FRANCELIN, 2004; AQUINO, 2011), pois não

existe conhecimento universal, a-histórico e verdadeiro. Tornando-se incompatível qualquer tentativa de padronizar comportamentos, sentimentos, generalizar o homem, uniformizar visões, ações e culturas, demonstrando-se a falibilidade das três premissas do positivismo elencadas por Löwy (1987).

Minayo (2010, p. 78), ao analisar a questão à luz das ciências sociais, afirma:

Embora as Ciências Sociais tenham avançado e se diversificado quanto aos temas que abordam e às teorias que englobam, esses três autores [Durkheim, Weber e Marx] são as referências clássicas das várias correntes de pensamento, demonstrando que nenhuma teoria da sociedade é neutra e qualquer estudo tem, implícitas ou explícitas, marcas teóricas de filiação. Pode-se dizer também que nenhuma das linhas de pensamento sobre o social tem o monopólio de compreensão da totalidade. Aos fatos e processos se ascende por aproximação, dando razão à observação de Lênin: “a marcha do real é sempre filosoficamente mais verdadeira e mais profunda do que nossos pensamentos mais profundos”.

Além disso, Kuhn (1998) afirma que as mudanças de paradigma ocorrem por um avanço genuíno na coleta de dados a ponto de revelar o que na teoria anterior e na sua estrutura conceitual são falsas e demandam a necessidade de ruptura e substituição. Comumente se fala de mudança de paradigma, sem, contudo, haver uma real e efetiva substituição das ideias dominantes expressas por uma teoria anterior. Em geral, há a coexistência de teorias anteriores válidas dentro de certa perspectiva e de uma nova teoria emergente (SANTOS, 1989; CARSON, 2010, p. 134).

Essa coexistência é reiterada por Santos (1989, p. 25), quando afirma que a ciência pós-moderna, concebida como a ciência que se insere no processo de desdogmatização da ciência moderna, é regida pelo *paradigma emergente*, o qual não superou totalmente o paradigma positivista, havendo a coexistência de ambos.

No mais, é sintomático o fato de Santos (1989) compreender que a superação só ocorrerá com a dogmatização de certos aspectos metodológicos do que hoje se considera conhecimento vulgar. Para tanto, lança mão da tese bachelardiana da *dupla ruptura epistemológica* (SOUZA, 2011), propondo o rompimento com o conhecimento científico moderno (do paradigma dominante)

e, em seguida, promovendo a dogmatização do senso comum (SANTOS, 1989, p. 31ss.).

Nesse sentido, a construção da ciência ocorre em oposição ao *senso comum*, por meio de três atos epistemológicos: a *ruptura*, a *construção* e a *constatação*. É nesse momento, que se dá a segunda *ruptura epistemológica*, que tem como ato mais importante a ruptura com a ruptura epistemológica, ou seja, propõe que o conhecimento científico ao se opor ao senso comum, retorne a este seja incorporando-o como conhecimentos válido – por ser um saber prático –, seja tornando-se senso comum. Desse modo, o conhecimento científico passa a aliar os fundamentos (teóricos) com a práxis social, por meio da difusão no meio social em que é produzido – e do qual é produtor. Além de tornar o conhecimento científico senso comum, ou seja, transformar o senso comum em conhecimento científico, por meio do alargamento de suas fronteiras, retornando a sociedade em que está imerso.

O problema reside na atual ausência de um paradigma consolidado a substituir o anterior. A coexistência de dois paradigmas, o *dominante* ou *positivista* e o *emergente* ou *pós-moderno*, demonstra que o primeiro, ainda que em crise, não foi superado, o que para alguns impossibilita a própria existência de uma pós-modernidade, apresentando-se mais como um modismo que um próprio estado de superação da modernidade (ARAÚJO, SIMA, GUEDES, 2007, p. 11ss.).

Contudo, é certo que o paradigma positivista como um paradigma da razão instrumental não se adequada às questões oriundas do atual estágio da modernidade⁵⁷ (ROUANET, 1987; HORKHEIMER, 2002; ALVES e AQUINO, 2012). Os fatos ocorridos no período do pós-guerra, as transformações operadas pelo capitalismo globalizante e a multiplicidade dos atores sociais denotam o caráter restrito da ciência moderna – aqui, compreendida como sinônimo de ciência positiva (HARVEY, 1996; CATELLS, 1999; MOURA, 2006). Portanto,

[...] se para os iluministas a ciência era vista como um conteúdo ético em si, hoje ela é pensada prioritariamente como uma possibilidade de construção, armazenamento e transmissão de informação, sendo uma mercadoria como qualquer outra. (RIBEIRO, RIBEIRO e FÉRRIZ, 2008, p. 2)

⁵⁷ No mesmo sentido empregado por Berman (2007, p. 25ss.), que divide a modernidade em três fases distintas.

Neste sentido, a crítica à modernidade ataca a fragilidade da razão instrumental e de seu esvaziamento ético/axiológico, condicionando toda a realidade que a cerca com suas categorias preestabelecidas e inflexíveis. Touraine (2009, p. 99) afirma que a “força libertadora da modernidade enfraquece à medida em que ela mesma triunfa”, corroborando a tese advogada por Santos (1989, p. 23) de que o apogeu da dogmatização da ciência também é o início de seu declínio. Noutras palavras, como já citado, “a redução da razão a mero instrumento afeta finalmente até mesmo o seu caráter como instrumento” (HORKEIMER, 2002, p. 59). Esse fracasso ou

[...] esgotamento da modernidade transforma-se com rapidez em sentimento angustiante do sem sentido de uma ação que não aceita outros critérios que os da racionalidade instrumental. Horkheimer denunciou a degradação da “razão objetiva” na “razão subjetiva”, isto é, de uma visão racionalista do mundo em uma ação puramente técnica pela qual a racionalidade é colocada ao serviço das necessidades, sejam elas as de um ditador ou as dos consumidores, que não são mais submetidos à razão e a seus princípios de regulamentação da ordem social, assim como da ordem natural. Essa angústia leva a uma inversão da perspectiva. Bruscamente a modernidade é denominada “o eclipse da razão” por Horkheimer e Adorno e todos aqueles por eles influenciados, bem além da Escola de Frankfurt. (TOURAIN, 2009, p. 101)

No entanto, Bauman (2001, p. 30) analisa a inefetividade da crítica na era pós-moderna. Percebiam: não se trata da crítica tecida por Horkheimer e Adorno (1985), feita para uma modernidade “obcecada pela ordem, e assim informada e orientada pelo *telos* da emancipação” (BAUMAN, 2001, p. 32), o que chamou de *crítica ao estilo do produtor*. Por outro lado, há uma sociedade muito propensa e hospitaleira à crítica, mas a uma “*crítica ao estilo consumidor*” (BAUMAN, 2001, p. 33).

Como Anthony Giddens nos lembra, estamos hoje engajados na “política-vida”; somos “seres reflexivos” que olhamos de perto cada movimento que fazemos, que estamos raramente satisfeitos com seus resultados e sempre prontos a corrigi-los. De alguma maneira, no entanto, essa reflexão não vai longe o suficiente para alcançar os complexos mecanismos que conectam nossos movimentos com os resultados e os determinam, e menos ainda as condições que mantêm esses mecanismos em operação. Somos talvez mais “predispostos à crítica”, mais assertivos e intransigentes em nossas críticas, que nossos ancestrais em sua vida cotidiana, mas nossa crítica é, por assim dizer, “desdentada”, incapaz de afetar a agenda estabelecida para nossas escolhas na “política-vida”. A

liberdade sem precedentes que nossa sociedade oferece a seus membros chegou, como há tempos nos advertia Leo Strauss, e com ela também uma impotência sem precedentes. (BAUMAN, 2001, p. 31)

Em certo sentido, considera-se que a crítica pós-moderna é exuberante e sofisticada em seus argumentos, é detentora de sentido no objeto de suas críticas, mas parece apenas ressoar sem apontar caminhos claros e estáveis para que se possa prosseguir adiante na consolidação de uma nova epistemologia (ROUANET, 1987). É a crítica instaladora do caos, diferente de uma crítica restauradora da ordem ou constituinte de uma nova ordem (JAMESON, 2006).

A pós-modernidade pinta o quadro apocalíptico do fim dos tempos, dissolve o destino, opõe-se ao progresso, destituí as categorias, os imperativos e disciplinas, dilui a realidade em ilusão, as certezas em dúvidas, as verdades em perspectivas, o coletivo em individualismos, o público em uma soma de indivíduos, “desdesencanta” o mundo, propondo alianças e reconciliações entre saberes, sem, contudo, propor caminhos e meios de se instaurar ordem, consenso, confiabilidade e segurança que ela destrói e finge ter (JAMESON, 2006; ROUANET, 1987).

Um termo comum ao discurso pós-moderno é a expressão *emergente*⁵⁸. A expressão emergente é tomada do vocabulário técnico da biologia, mais exatamente da botânica (McLAREN, 2004). Neste sentido, faz referência às árvores que acima das que lhe rodeiam, ultrapassam seu dossel em busca de mais luz. Segundo McLaren (2004, p. 304), tratam-se de

[...] árvores novas e pequenas que crescem à sombra da cobertura da floresta madura. Em certo sentido, elas parecem diminuídas, tolhidas, restringidas pela sombra das árvores maduras, mas, na verdade, estão esperando. Sempre que uma árvore madura morre, as emergentes estão ali, prontas para crescer bem alto, preencher a lacuna e se desenvolver sob a luz que agora está disponível a elas.

⁵⁸ Como no plano científico (SANTOS, 1989; LÉON, 2012), no religioso (CARSON, 2010; McGRATH, 2007) etc. A este respeito: “[...] durante os últimos doze anos, o termo ‘emergente’ tornou-se profundamente associado a um movimento importante que tem cruzado a América, o Reino Unido e outros lugares. Muitos nesse movimento usam o termo ‘emergente’ como o adjetivo que define seu movimento. Há vários livros que falam da ‘igreja emergente’, de ‘histórias emergentes’ e coisas do tipo. Existe até um website que incentiva em seus usuários a ‘amizade emergente’, o que vem a ser uma referência não a uma amizade que esteja emergindo, mas sim à importância da amizade no movimento – confirmando, assim, que o termo ‘emergente’ é um rótulo de autoidentificação tido como bom o bastante pelos adeptos do movimento, de modo que a ‘amizade emergente’ equivale formalmente a, digamos, ‘amizade da igreja nos lares’ ou ‘amizade batista.’” (CARSON, 2010, p. 12).

A noção de emergente acima parece ser a mais adequada para caracterizar o paradigma da ciência pós-moderno, sendo utilizada no sentido empregado por Kuhn (1998) de paradigma em oposição ao da ciência normal. Consequentemente, para quando o paradigma dominante (o da ciência normal) passa por uma crise, o paradigma (no caso, o emergente) se opõe ao outro, até a sua completa superação quando passa a ser o paradigma dominante (SANTOS, 1989. LACEY, 2006).

Se se tomar a perspectiva de Santos (1989), a ciência pós-moderna, que surge no processo de desdogmatização da ciência moderna, visa ou alcançará a dogmatização em algum momento. Noutras palavras, o modo de raciocínio permanece moderno – no sentido de positivista –, haja vista que, sob o horizonte da pós-modernidade, não existe verdade, a não ser a verdade pós-moderna da não existência da verdade, nem a sobreposição do conhecimento.

Desse modo, a pós-modernidade – enquanto algo emergente – sufoca com seus argumentos a modernidade, tentando, ao custo de sua própria sobrevivência, destituí-la de sentido ou matá-la. Portanto, mesmo que superada as premissas características do positivismo (LÖWY, 1987), a superação da ciência moderna pela ciência pós-moderna ainda não se deu, de modo a se poder falar em uma dimensão positivista (LÖWY, 1987) dos campos do conhecimento. Noutras palavras, o positivismo persiste, ainda que não mais em sua configuração clássica, corroborando a definição de Kumar (1997) de ser a pós-modernidade um período de reflexão sobre a modernidade. Em mesmo sentido, Diniz e Alves (2005) afirmam que a própria definição de modernidade é característica da pós-modernidade, pois somente com o pensamento pós-moderno é que se passa a tratar da modernidade. Portanto, não é possível afirmar em ciência pós-moderna como a ciência da superação da ciência moderna, pois guarda consigo uma dimensão positivista, mas é possível concluir por ser aquela a ciência estabelecida a partir da reflexão sobre a ciência moderna e, a constatação da ineficácia de suas premissas fundamentais (LÖWY, 1987), acentuado pela crise da razão instrumental (ADORNO e HORKHEIMER, 1985; HORKHEIMER, 2002; ROUANET, 1987), desmitificando a ideia de uma ciência ética por si mesma, universal, a-histórica e produtora de um conhecimento superior (GRENZ, 2008; LÉON, 2012).

Um dos pontos fortes da epistemologia pós-moderna é exatamente a sua ênfase na diversidade cultural e nas diferenças locais e, por conseguinte, a defesa de sua observação pela atividade científica (CARSON, 2010). Do mesmo modo, goza credibilidade, a sua afirmação de que o processo histórico interfere e transforma, em seus objetivos e resultados, à ciência (BOURDIEU, 1983; SMIT, TÁLAMO e KOBASHI, 2001; SILVA, 2002; ARAÚJO, SIMA, GUEDES, 2007; MINAYO, 2010), a qual se sujeita ao fluxo do tempo e as limitações do espaço, pois de outro modo não poderia ampliar/alargar seus limites e fronteiras, renovando os diversos campos do conhecimento e apontando para novos caminhos a serem descobertos e desbravados. Nesse sentido, observa Minayo (2010, p. 39s.)

A CIENTIFICIDADE não pode ser reduzida a uma só forma de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização. A diferenciação entre métodos específicos das ciências sociais e das ciências físico-naturais e biológicas refere-se à natureza de cada uma das áreas. Aqui se ressaltam alguns pontos que distinguem as Ciências Sociais e as tornam peculiares no campo do conhecimento dos seres vivos [...] O primeiro deles é o fato incontestável de que o objeto das Ciências Sociais é *histórico*. As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas pregressas, numa reconstrução constante do que está dado e do novo que surge. Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. Mas as pesquisas sociais contemporâneas precisam também compreender a simultaneidade das diferentes culturas e dos diferentes tempos num mesmo espaço, como algo real e que enriquece a humanidade. Isso significa compreender o global e o local, convivendo e sendo, ao mesmo tempo, mutáveis e permanentes. Pois o ser humano é autor das instituições, das leis, das visões de mundo que, em ritmos diferentes, são todas provisórias, passageiras, trazendo em si mesmas as sementes de transformação.

Apesar de não ser propriamente pós-moderno, o *historicismo* desponha com uma característica fundamentais da reflexão pós-moderna. De matriz marxista (MARX e ENGELS, 2011; BERMAN, 2007, p. 31ss.; MINAYO, 2010, p. 107ss.), com forte inspiração hegeliana (BERMAN, 2007, p. 31ss.), o *materialismo histórico*, que “representa o caminho teórico de que aponta a dinâmica do real e da efervescência de uma sociedade” (MINAYO, 2010, p.

107), por meio do método *dialético*, que aborda a realidade, “reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoredade e transformação” (MINAYO, 2010, p. 108), levou a consideração de que a ciência moderna, fundamentada no positivismo, não poderia estabelecer verdades universais sem que tomasse ou apontasse para uma direção de homogeneidades aparentes, como aparentemente o é um canavial (LÉON, 2012), sem atentar para o fato de suas diferenças e peculiares (CARSON, 2010).

No campo da Ciência da Informação, Alves e Aquino (2012, p. 91), ao analisar as pesquisas qualitativas no PPGCI/UFPB, terminam por concluir que no campo tem se caminhado rumo a superação do paradigma positivista,

[...] centrado na falsa ideia de que a objetividade científica estaria ligada, de forma umbilical, a isenção e distanciamento do pesquisar em relação ao objeto de estudo, representado pela pseudo neutralidade da representação numérica do real, inerente as abordagens quantitativas.

Nessa mudança paradigmática, a ciência pós-moderna também começa a trilhar o caminho da interdisciplinaridade⁵⁹, objetivando uma compreensão mais ampla da realidade. Tomando a interdisciplinaridade, em sua vertente epistemológica, é possível compreender a ciência pós-moderna “em uma concepção de ciência como prática cultural de conhecimento contingente, histórica e socialmente situada” (SOUZA, 2011, p. 84), ou seja, em uma direção oposta à prática científica da modernidade.

Wersig (1993) e Saracevic (1996) consideram a interdisciplinaridade como característica da Ciência da Informação, o que possibilita a sua classificação como ciência pós-moderna (WERSIG, 1993). Aqui, a

⁵⁹ Apesar, como dito, de não se pretender aprofundar as diferenças entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, denotando tratarem de fenômenos distintos, de modo simplista, tem-se a primeira no sentido de interações que constroem lugares comuns a mais de um campo do conhecimento e transdisciplinaridade como um caminho de mão única, onde se explora e se toma emprestado conceitos ou termos de um determinado campo do conhecimento para ser empregado em outro. Segundo Silva, Lima e Araújo (2009, p. 32), “As discussões científicas a respeito da interdisciplinaridade costumam ressaltar que a utilização do prefixo “inter” não indica apenas uma pluralidade, uma justaposição de disciplinas; ela evoca um espaço comum, fator de coesão entre saberes diferentes que se afetam mutuamente. Na construção de áreas interdisciplinares, cada pesquisador aceita e se esforça para, fora do seu domínio e de sua linguagem técnica, aventurar-se em outros campos do conhecimento. Interdisciplinaridade não é construída na indisciplina, mas na argumentação estabelecida para mostrar as qualidades e a viabilidade das transmutações teóricas, metodológicas, conceituais e instrumentais”. Para aprofundar sobre o tema da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade no campo da Ciência da Informação, respectivamente, sugere-se as teses de ANDALÉCIO (2009) e SOUZA (2011).

interdisciplinaridade é compreendida como natural ou genética⁶⁰ (no sentido de gênese), sem haver estudos profundos que fundamentem esta perspectiva epistemologicamente⁶¹. Esta naturalidade decorre do fato de a Ciência da Informação ter uma ampla tendência a absorver aspectos metodológicos, conceitos filosóficos de diversas áreas – como da Sociologia, Antropologia, Linguística, Gestão, Filosofia, dentre outras – sem estabelecer com elas conexões, trilhando um caminho de mão única? Acredita-se que não.

Mais uma vez, recorre-se ao objeto da Ciência da Informação, a saber, a própria informação⁶². Defende-se nesse trabalho a posição da informação como objeto de estudo do campo da Ciência da Informação, reconhecendo, contudo, que as múltiplas dimensões e abordagens acerca da informação a tornam complexa e de difícil delimitação, dada a sua intensa fluidez, o que permite o seu deslocamento e adequação a diversas práticas, que Zeman (1970) aponta como sendo um de seus elementos ontológicos. Por isso, a informação está presente e interessa a uma gama de campos do conhecimento científico – praticamente, a todas as áreas do conhecimento.

⁶⁰ “Desde as suas primeiras definições, ainda na década de 1960, a ciência da informação (CI) é tida como uma ciência interdisciplinar. Tal tipo de caracterização buscou reservar uma espécie de espaço de atuação que conjugasse saberes oriundos de áreas ligadas à representação do conhecimento (linguística, biblioteconomia, entre outras), às ciências sociais e às tecnologias da informação. Essa mesma definição, entretanto, serviu como argumento de legitimização, no campo, de pesquisadores oriundos de áreas tão diversas como a engenharia, a computação, a sociologia, a comunicação e a biblioteconomia, entre outras. Nesse tipo de arranjo “pragmático”, a reflexão propriamente epistemológica envolvendo o uso de teorias e conceitos tomados de empréstimo a diversos campos do conhecimento, bem como o necessário rigor dos pesquisadores nessa transposição de métodos e na forma de pensar, acabou por, muitas vezes, ficar em segundo plano” (SILVA, LIMA e ARAÚJO, 2009b, p. 32).

⁶¹ “A interdisciplinaridade é pouco e superficialmente discutida na Ciência da Informação. E, quando realizada, encontra-se centrada basicamente nos *Aspectos Teóricos e Gerais da Ciência da Informação*, na *Formação Profissional e Mercado de Trabalho*, e na *Comunicação, Divulgação e Produção Editorial*. Os artigos que contêm enunciados da interdisciplinaridade foram produzidos por autores com baixo índice de produtividade nessa área da Ciência da Informação, uma vez que 89% desses autores publicaram, nos periódicos analisados, no máximo, 2 (dois) artigos e 75% publicaram apenas 1 (um) artigo. [...] Além disso, há uma grande dispersão que se apresenta em diversas frentes, tais como periódicos científicos (volumes e números), autoria (tipologia, formação e área de atuação) e temáticas (conceitos, abordagens, teorias, metodologias e áreas). Esta reflete também o pluralismo presente na produção científica do campo da Ciência da Informação. No que se refere ao alto índice de dispersão entre os autores, considera-se que se trata de uma questão preocupante, pois a produção científica na área foi publicada em grande parte por autores individuais e muitos deles publicaram um único artigo. Esse comportamento da produção sinaliza para duas questões: a baixa cooperação nesse campo e a imaturidade das discussões.” (SOUZA, 2011, p. 273)

⁶² Nisso não há consenso: v. DIAS, 2011.

Entretanto, é ao campo da Ciência da Informação o interesse em analisar a informação por si mesma, agregada aos mais variados processos em que se envolve. Por exemplo, a uma determinada empresa interessa a produção do conhecimento e o compartilhamento de saberes, demandando a necessidade de meios de gestão da informação para que possa amarzenar, recuperar e usar tais informações em momentos de dificuldade (CHOO, 2006). Para cumprir tal desiderato, tem-se de buscar elementos epistemológicos inerentes ao campo da Administração de Empresas, mas se tornaria uma tarefa impossível sem se lançar mão dos conhecimentos e técnicas desenvolvidas pelas Ciências Documentais, basilares e pioneiras ao desenvolvimento da Ciência da Informação. Portanto, a gestão da informação e do conhecimento, perpassa pelos estudos da Administração de Empresas e da Ciência da Informação, possuindo aspectos de abordagem diversos e comuns aos dois campos, àquela os aspectos de gerenciamento e a esta o comportamento informacional e os processos informacionais para possibilitar seu uso. No mais, a Administração interessará o conteúdo da informação (*aspecto material* ou *substantivo*), a Ciência da Informação interessará a informação em sua forma (*aspecto formal* ou *instrumental*).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade da Ciência da Informação brota da explosão informacional, na segunda metade do século XX, que passa a conferir a informação um novo *status* e relevância (ANDALÉCIO, 2009, p. 16ss.), demonstrado, por exemplo, na esfera econômica e política (CASTELLS, 1999; BRAMAN, 2011; BOUTANG, 2011; COCCO, 2011), permitindo-se falar em *economia da informação* (BRAMAN, 2011, p. 41) ou *capitalismo informacional* (CASTELLS, 1999), tornando-se cada vez comum e acessível a toda coletividade (FREIRE, 2005, p. 7). De modo, ser plausível a atenção dada por diversas áreas do conhecimento científico ao controle político e estratégico da informação. Com as novas tecnologias da informação, com o aumento da pesquisa científica – inicialmente com fins bélicos e, mais recentemente, empresariais – aumentam o fluxo, levando a encontros, debates e congressos e conferências de profissionais de diversas áreas para consolidar políticas e processos de armazenagem, recuperação, uso e controle da informação (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995; FREIRE e FREIRE, 2009, p. 39ss.).

Como não bastasse, as empresas privadas também despertaram para a informação e passaram a preocupar-se com a sua gestão (CHOO, 2006; FERREIRA e DUARTE, 2012), considerando de suma importância os mecanismo de armazenamento, recuperação e uso da informação, visando, com isso, a sua sobrevivência dentro do mercado capitalista e a sua desenvoltura em momentos de crise (CHOO, 2006, p. 27).

Desde sua origem, a Ciência da Informação foi pensada por um grupo heterogêneo, que terminou por agregar elementos de diversos campos ao campo recém-criado⁶³. Os conceitos utilizados e a linguagem empregada contribuem para esse ambiente interdisciplinar, forçando a criação de campos comuns – ainda que vazios – e disciplinas comuns, como no caso da *Sociologia da Informação* (comum aos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, em nível de mestrado e doutorado, da UFPB⁶⁴, UFBA⁶⁵ e UFMG⁶⁶, nesta última com nomenclatura de Sociedade da Informação).

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação é fruto tanto de sua origem quanto decorrente de seu objeto de estudo (a informação), que agrupa e atrai o interesse de diversas áreas do conhecimento, como ocorreu em sua origem e como continua a acontecer nos dias atuais. No mais, percebe-se a existência de lugares comuns, corroborando o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação. São exatamente estes lugares comuns, estas interseções feitas entre a Ciência da Informação e as Ciências Sociais e Humanas (SILVA e RIBEIRO, 2002; SILVA, 2006) – Sociologia, Filosofia, Economia, Administração, Pedagogia, Informática, Matemática etc. -, que possibilitam o seu debruçar sobre a informação, mas, ao mesmo tempo, a preserva e distancia, tornando-a única no sentido que atribui ao seu estudo⁶⁷.

⁶³ “Destarte, qual seria a essência da Ciência da Informação? Diante desta citação, algumas percepções iniciais podem ser encontradas. A primeira é a diversidade de concepções relativas à Ciência da Informação, as quais estão obviamente ligadas aos diversos fatores que deram origem a área. A Ciência da Informação em sua concepção originária recebe influências das disciplinas físicas, biológicas, computacionais, filosóficas, sociológicas e psicológicas, o que torna o campo eminentemente diverso e às vezes aparentemente sem sentidos epistemologicamente firmes, dada as suas diversas vertentes.” (FREIRE e SILVA, 2012, p. 162)

⁶⁴ <http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=12>

⁶⁵ <http://www.posici.ufba.br/disciplinas.html>

⁶⁶ http://ppgci.eci.ufmg.br/?Disciplinas:Ementas:Sociedade_da_Informa%C3%A7%C3%A3o

⁶⁷ Para Moura (2006, p. 05): “A Ciência da informação identifica-se enquanto um campo de conhecimento que estuda a informação ancorada no tecido social. Isso significa dizer que ela envolve uma dinâmica de significação, de produção e circulação de signos e numa rede de

Por outro lado, a sua classificação como pós-moderna a fragiliza, pois torna inseguro e demasiadamente aberto o seu campo científico, possibilitando diversas configurações epistemológicas, sem que se possa fazer a sua “purificação”, bem como o lançamento de seus limites disciplinares. Entende-se que é mais fácil abraçar a alcunha de pós-moderno, ainda que a própria expressão enseje controvérsias ou seja vazia em seu aspecto conceitual, a enfrentar a construção de uma epistemologia que lhe garanta um alicerce estável em que se possa construir seu o campo.

Em suma, a interdisciplinaridade da Ciência da Informação ocorre em decorrência do seu objeto de estudo, a informação, que agrupa elementos filosóficos (ZEMAN, 1970), sociológicos (FROHMANN, 2008), comunicacionais (BARRETO, 2001), cognitivos (CHOI, 2004), matemáticos (ARAÚJO, 2009b, p. 193ss.) etc.

Assim, numa sociedade marcada pela informação, conectada por esta informação, através de redes cada vez mais densas, compostas de elementos híbridos (LATOUR, 1994), em que adquire cada vez mais poder, relevância e centralidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011b), a Ciência da Informação desponta como ciência social (WERSIG, 1993; ARAÚJO, 2003a) que busca compreender o fenômeno informacional em suas múltiplas e interdisciplinares conexões, sendo impossível tal desiderato se assentar-se a mesma em bases epistemológicas modernas.

Com isso, reitera-se a informação enraizada em um contexto social, cultural, político e econômico, não se podendo isolá-la desse contexto (BARRETO, 2007). Consequentemente, a concepção de informação sofrerá alteração com a mudança do contexto (CAPURRO, 2003), o que se intensifica pelo seu caráter interdisciplinar (WERSIG, 1993), pois a mudança de contexto de determinado campo do conhecimento ocasionará a mudança na perspectiva em que toma a informação, provocando um efeito reflexo no campo da Ciência da Informação. Esse é um aspecto do qual se é impossível ou difícil se escapar em uma abordagem interdisciplinar.

atos de enunciação semiótica. Essa interação requer a consolidação de diálogos interdisciplinares nos quais a mediação, a formação e a interação informacional sejam evidenciadas tornando possível compreender, no âmbito da Ciência da Informação, o modo como sujeitos e informações se articulam semioticamente.”

Nesse sentido, entende-se que a interdisciplinaridade da Ciência da Informação não como um de seus aspectos como ciência pós-moderna, pois não surge, ou melhor, não decorre da epistemologia pós-moderna, mas de seu objeto de estudo definido nos moldes positivistas. Não se nega, contudo, o seu caráter de ciência pós-moderna, mas tão somente que nesse aspecto ela é positivista – possui uma dimensão positivista (LÖWY, 1987).

No tocante ao objeto de estudo da Ciência da Informação, tem-se que a sua definição é positivista, pois não resta dúvida que a sua exclusão como objeto de estudo – como em González de Gómez (1990), Dias (2011), Barreto (2007) e Hjørland (2003) – ocasiona mais danos e insegurança, causada pela indefinição do objeto de estudo do campo, que certezas ou esclarecimentos. O fato de a informação transitar por entre diferentes campos do conhecimento (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995), sem impregná-los, isto é, sem definir-se como seu objeto de estudo e, ao mesmo tempo, pertencendo ao objeto de estudo é o que dificulta definir o que vem a ser informação, ora se lhe empregando em um sentido mais estrito e concreto (DIAS, 2011), ora em um sentido mais amplo e abstrato (ZEMAN, 1970).

Essa dificuldade na definição do que é informação também resulta da expansão da informação dentro das instituições e estruturas sociais, perceptível com o avanço das novas tecnologias de informação (ALBAGLI e MACIEL, 2011) até a profundidade de como o comportamento social é influenciado pela informação (CASTELLS, 1999). De modo, a concluir que a *definição do objeto de estudo da Ciência da Informação* é feita de modo positivista, porém a *informação enquanto objeto de estudo* é pós-moderna, uma vez que, sob a égide do positivismo, seria improvável o estudo de um objeto indefinido ou tão volátil e líquido quanto a informação. Para melhor compreensão, traçando um paralelo com o Direito Constitucional tem-se que a informação tem natureza aberta (CANOTILHO, 2002).

Quando se afirma que a informação tem natureza aberta é preciso explicar qual o sentido exato disso. Na Teoria Constitucional, tem-se que a constituição, norma máxima de uma nação, surge de momentos de ruptura, de momentos de profundas mudanças e transformações políticas de um determinado país (FERREIRA FILHO, 2005). Portanto, constituições são feitas para durar, para superar as mudanças de valores de uma determinada

sociedade e feita para manifestar os valores e objetivos dessa sociedade. Por isso, sua linguagem é menos técnica e suas normas mais amplas, proporcionando uma maior dilação hermenêutica, podendo ampliar seu sentido de modo a alcançar novas situações e problemas concretos colocados sob o seu crivo e julgamento. Daí Canotilho (2002) afirmar que a constituição é o estatuto jurídico do político e que, para perdurar pelos anos e se amoldar aos avanços e transformações sociais precisa ter normas de caráter aberto, ou seja, normas que absorvem novos conceitos e se abre para elemento exógenos, alienígenas ao campo jurídico, mas imprescindíveis para compreensão e sobrevivência da norma constitucional. Nesse sentido, as normas constitucionais demandam conceitos do campo da Sociologia, da Filosofia, da Economia, da Biologia, dentre outros.

Voltando ao paralelo com a informação, quer-se dizer que para ser definida ou estuda a informação demanda conceitos, métodos e estruturas epistemológicas dos mais variados campos, sem, contudo, deixar de ser objeto do estudo do campo da Ciência da Informação. Para sua compreensão faz necessária a interdisciplinaridade, agregando elementos de diversas áreas do conhecimento. Em suma, a informação, em sua tessitura aberta, só poderá ser estudada sob o viés da pós-modernidade, pois enquanto fenômeno social não pode ser contida ou delimitada em sua totalidade, quer pela impossibilidade de um conhecimento total, universal e a-histórico, quer pelo seu caráter de constante expansão.

Assim, na determinação do objeto da Ciência da Informação está-se diante de uma afirmação positivista, ou seja, há um objeto de estudo definido. No entanto, este objeto de estudo é indefinido em sua estrutura conceitual, podendo ser, portanto, compreendido como pós-moderno. Noutras palavras, a sua afirmação enquanto é objeto é moderna, mas a sua definição enquanto objeto é pós-moderna.

Destarte, a classificação da Ciência da Informação como ciência pós-moderna é acertada, apesar da indefinição e da não unanimidade no uso do termo⁶⁸, a saber, a ausência de metodologia própria da Ciência da Informação (WERSIG, 1993; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2000; FREIRE e FREIRE, 2010;

⁶⁸ Nesse sentido: Bauman (2001), que prefere *modernidade líquida*; Giddens (1991), que prefere *alta modernidade* e; Berman (2007) que simplesmente usa *modernidade*.

BICALHO e OLIVEIRA, 2011; ALVES e AQUINO, 2012; FREIRE e SILVA, 2012).

Em artigo recentemente publicado, Alves e Aquino (2012) traçam um perfil das dissertações de mestrado do PPGCI/UFPB, evidenciando a preferência por pesquisas de abordagem *qualitativa*, no qual oferecem dados interessantes acerca dos métodos de pesquisa adotados nessas pesquisas, identificando o uso de

[...] 33 métodos utilizados, um conjunto de 07 representa 78% do total de utilizações. São eles, em ordem decrescente de utilização: i) Entrevista; ii) Questionário; iii) Técnica de categorização; iv) Análise documental; v) Análise estatística; vi) Análise de conteúdo; e vii) Observação direta. [...] A partir desses avanços em relação à utilização das pesquisas qualitativas, a Ciência da Informação rompe com a barreira que prioriza apenas as temáticas, metodologias e técnicas consideradas universais para também privilegiar classe, raça/etnia, gênero; deficiência, geracional, pois “o ato de pesquisa não pode mais ser visto a partir de dentro de uma perspectiva neutra ou objetiva” (LINCOLN;DENZIN, 2006, p.32) fazendo da pesquisa na área, como um todo, “um processo multicultural”, multireferencial e multidimensional. (ALVES e AQUINO, 2012, p. 91s.)

Com isso, tem-se que as pesquisas desenvolvidas optam pelo *pluralismo metodológico* (ALVES e AQUINO, 2012), adequando vários métodos que melhor atendam aos seus fins.

Portanto, as pesquisas em Ciência da Informação, como as de nenhum outro campo, chegam a uma definição⁶⁹ capaz de contemplar a totalidade do seu objeto de estudo, sempre em expansão, o que permite afirmar tratar-se de um campo em construção. Afirmar que a Ciência da Informação é um campo em construção não é o mesmo que afirmar a sua fragilidade ou negar a sua consolidação enquanto campo do conhecimento científico, mas tão somente afirmar, em sua essência e natureza predominantemente pós-moderna (WERSIG, 1993), que não se pode alcançar a totalidade do conhecimento, ainda que guarde, como dito, uma dimensão ou elementos positivistas (LATOUR, 1994).

⁶⁹ Lembrando que nenhuma pesquisa, em nenhuma área chega a conclusões definitivas, pois os fenômenos, em especial os sociais, como você ressaltou acima, são históricos, portanto, mudam, se transformam; além disto, há a estrutural limitação cognitiva humana para dar conta da complexidade do real em sua totalidade.

Diante do exposto, afirma-se que a Ciência da Informação é, indubitavelmente, pós-moderna em muitos de seus aspectos, pois carrega em suas pesquisas a imaturidade de uma pouco apurada, demorada e necessária reflexão epistemológica (SOUZA, 2011) sobre os conceitos que abraçou apressadamente com o *animus* de ser ciência, mas sem perceber e refletir sobre as bases em que se assenta, impossibilitando a definição de seu objeto de estudo (DIAS, 2011) e, ao mesmo tempo, alargando as possibilidades para que se chame ciência da informação não apenas uma única ciência mais várias e distintas ciências, ao ponto de se pensar em paradigmas (CAPURRO, 2003), que, por si só, não constituem paradigmas, mas dimensões de uma mesma ciência, assentada em bases modernas (positivistas) e pós-modernas, com demonstrado. Urge a necessidade de se pensar epistemologicamente a Ciência da Informação, buscando não somente como aqui se fez, identificar sua bases, mas refletir sobre as mesmas e se determinar de qual ciência da informação se está tratando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de atravessar olha pro lado
 Antes de querer casar é só namorado
 Tudo que eu não te contar guardo calado
 Antes de se conhecer não sabe nada
 Antes de anoitecer noite estrelada
 Tudo que se caminhou longa jornada
 (Longa Jornada, Crombie)

A Ciência da Informação é uma das novas ciências emergentes na segunda metade do século XX, precisamente no período conhecido como *Pós-Guerra* (BARRETO, 1992, p. 27; BICALHO e OLIVEIRA, 2011, p. 87; BROOKES, 1976; CAPURRO e HJØRLAN, 2003; MIRANDA, 2011, p. 17; PINHEIRO, 2011, p. 59; SARACEVIC, 1996, p. 42; SOUZA, 2007, p. 55; SOUZA, 2011, p. 38).

Surgida em um momento de profundas transformações culturais, em que se questionava desde a estética a cosmovisão, em que se percebe a emergência de novos saberes, valores e paradigmas, comumente apelidada de *pós-modernidade* (KUMAR, 1997).

Nesse pacote de transformações, passou-se a refletir acerca da ciência, do seu papel de neutralidade ético-axiológica, que demonstrava em suas conclusões verdades universais e universalizantes, que desconsideravam no momento de sua confecção a influência do historicismo, a relativização dos valores e a diversidade cultural, étnica, racial, de gênero, sexo etc.

A modernidade, segundo os pós-modernos, construiu um retrato em preto-e-branco da realidade, incluindo nas mesmas categorias e disciplinas toda uma pléiade de diversidade, constituindo o conhecimento científico como o conhecimento superior e válido, rechaçando as demais formas de conhecimento, agrupadas sobre a classificação de conhecimento vulgar (CARSON, 2010).

A Ciência da Informação oriunda da explosão informacional do pós-guerra, surge da necessidade da construção de mecanismos de controle, armazenamento e recuperação da informação produzida – inicialmente, restrita a informação científica – proporcionando o seu uso (FREIRE e FREIRE, 2010).

A partir dessa necessidade, profissionais de diversos ramos do conhecimento científico, reuniram-se em eventos acadêmicos, para pensar

esse novo campo do conhecimento científico, o que acabou lhe delegando um de seus mais relevantes aspectos, a *interdisciplinaridade*.

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação decorre ainda do próprio objeto de estudo, a informação, impossível de ser definida apenas tomando-se uma única dimensão – a do positivismo. Em verdade, a informação é *pluridimensional*, transcendendo os limites engessados e estreitos estabelecidos pelo positivismo clássico, pois com a sua maior relevância política, econômica e social (CHOO, 2006; ALBAGLI e MACIEL, 2011; BRAMAN, 2011; COCCO, 2011; LAFER, 2011) chama à atenção de diversos campos do conhecimento científico, sem, contudo, se constituir como seu objeto de estudo.

Os autores da Ciência da Informação divergem quanto ao seu objeto (DIAS, 2011), gerando a necessidade de em cada pesquisa, de algum modo, reiterar o que se entende por este objeto. Isso não enfraquece ou altera o entendimento esboçado de ser a informação – contido aqui o seu fluxo, processos, ações de informação, estudos de usuário etc. –, pois, em toda e qualquer justificativa do objeto de estudo, persiste a sua conexão com a informação.

Wersig (1993) corrobora a ideia de ser a informação o objeto de estudo do campo da Ciência da Informação, mas atenta para a sua indefinição, pois não se pode afirmar com certeza categórico o que vem a ser informação, deduzindo assim que a ciência da informação é uma ciência pós-moderna. Entretanto, demonstrou-se que, nesse aspecto, a ciência da informação guarda elementos da ciência moderna, haja vista guardar uma dimensão positivista (LÖWY, 1987), quando afirma que seu objeto de estudo é a informação, mesmo que esta tenha um caráter aberto, ou seja, mesmo que para a compreensão desse fenômeno social seja necessário conceitos e esforços em nível filosófico, sociológico, econômico, político, dentre outros, tentando abranger um fenômeno denso e complexo definidor e demarcador da presente era.

No entanto, não se pode classificá-la como uma ciência clássica, pois guarda conexões com a ciência pós-moderna no tocante a ausência de metodologia própria, fazendo uso de métodos e técnicas, em sua maioria, das Ciências Sociais, combinando métodos e abordagens para construção de seu

campo, bem como na impossibilidade exata de construção conceitual da informação.

De ver-se, que a Ciência da Informação, permeada pelos movimentos culturais, políticos, econômicos que movem a presente era, estreita com ela relações e assenta-se em seus alicerces, porém guardando, em certa medida, uma dimensão positivista, que lhe confere a necessária segurança ausente na epistemologia pós-moderna. Numa síntese metafórica, a Ciência da Informação anda a passos firmes e largos sobre a agitada maré dos tempos pós-modernos, confundindo-se ora com as ondas, ora com os barcos.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, João Maurício. **Ética e Retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 09-39.
- ALVES, Edvaldo Carvalho. O desenvolvimento da razão instrumental no Fausto de Goethe. **CAOS: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 2, p. 01-15, 2000.
- ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012.
- ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. **Informação, conhecimento e transdisciplinaridade**: mudanças na ciência, na universidade e na comunicação científica. Belo Horizonte: escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, 277f. Tese (Doutorado).
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. Uma introdução à segunda edição. *In*: _____. **O campo da ciência da informação**: gêneses, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 9 - 15.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, Brasília, Set./Dez. 2003a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila.; SIMA, Aline Michele.; GUEDES, Roger Miranda. A Ciência da Informação na visão dos professores da ECI/UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 3-22, mai/ago 2007.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Equação do Impacto Informacional: uma proposta paradigmática. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003b.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. **Apropriações de Bruno Latour pela ciência da informação no Brasil**: descrição, explicação e interpretação. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, 2009b. (Dissertação de Mestrado) 139f.
- ARENKT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem**: a report on the banality of evil. New York: The Viking Press, 1964.

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: Abril, 1991. Col. Os Pensadores, v. 2. Disponível em: http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/aristoteles_etica_a_nicomaco_poetica.pdf. Acesso em: 12 fev. 2013.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **Transformação**, Campinas, 20(1): 47-58, jan./abr., 2008.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, 16(3): 67-74, 2002.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Informação em seus Momentos de Passagem. **DataGramZero**, v.2, n.4, ago/2001.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- BARTLETT, R. *Inside The Medieval Mind: Knowledge*. BBC, The Open University, England, 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dze6Awcyogg>. Acesso em: 08 ago. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. ENTREVISTA AO PROGRAMA FORNTEIRA DO PENSAMENTO. YouTube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lWRkTiH52ts&feature=fvst> (2011). Acesso em: 08 set. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de janeiro: Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancia no ar**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BICALHO, Lucinéia.; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da transdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. In: **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.2, p. 87-102, maio/ago. 2011.
- BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 2. ed. rev., atual. e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Apres. Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORETIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- BOUTANG, Yann Moulier. Wikipolítica e economia das abelhas: informação, poder e política em uma sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 67-102.

BRAGA, G. M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciênciada Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 84-88, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/534/486>. Acesso em: 12 jan. 2013.

BRAGA, Norma. Anteparo contra a verdade. **Blog Norma Braga**, 04 fev. 2013. Disponível em: <http://normabraga.blogspot.com.br/2013/02/anteparo-contra-verdade.html?spref=fb>. Acesso em: 04 fev. 2013.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 41-66.

BROOKES, B. C. A new paradigm for Information Science?. **The Information Scientist**, v. 10, n. 3, sep./1976.

BROOKES, B. C. The foundations of information science: Part I: Philosophical Aspects. **Journal of Information Science**, Amsterdam, n. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. *Information as Thing*. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p. 351-360, 1991.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 6 ed.; Coimbra, Livraria Almedina, 2002.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 5, 2003, Belo Horizonte. Trad. de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 03 jan. 2013.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAN, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**, Vol. 37, Chapter 8, pp. 343-411, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/infoconcept.html>. Acesso em: 24 jul. 2012.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição a sistematização do campo da Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul.-dez. 1994.

CARSON, D. A. **A igreja emergente**: o movimento e suas implicações. Trad. Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Vida Nova, 2010.

CARSON, D. A. **Escândalo**: a cruz e a ressurreição de Jesus. Trad. Francisco Wellington Ferreira. São José dos Campos: Ed. Fiel, 2011.

CARVALHO, Olavo de. Pensamento e atualidade de Aristóteles: primeira aula. **Casa de Cultura Laura Alvim**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1994. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/pensaris1_1.htm. Acesso em: 03 mar. 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Bendini Gerhardt e Jussara Simões. 6. ed. 14^a reimpressão com novo prefácio (2011). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito geral e do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Trad. Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Trad. Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006.

CHOO, Chun Wei. Preenchendo as lacunas cognitivas: como as pessoas processam informações. *In:* DAVENPORT, T. H.; MARCHAND, D. A.; DICKSON, T. (Orgs.). **Dominando a gestão da informação**. Porto Alegre: Bookman, 2004, p. 279-287.

COCCO, Giuseppe. A crise do capitalismo cognitivo: a luta dentro do novo paradigma. Revisitando o debate da inovação. *In:* ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 103-132.

COSTA, Alexandre de Souza. **Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. Niterói, RJ: UFF/PPGCI, 2011. Disponível em: http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Alexandre%20de%20Souza%20Costa.pdf. Acesso em: 30 mar. 2012

CZOVNY, Vinicius Justus; MARTINS, Boris. O aniversário de 50 anos do Tribunal de Nuremberg e as relações entre Direito e Moral. Uma leitura histórica a partir da barbárie. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1929, 12 out. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11799>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

DEMANT, Peter. Direitos para os excluídos. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 343-383.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. 1. ed., 8. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da ciência da informação. *In:* AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação**: gêneses, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 93-103.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. **A implosão do sentido**: o discurso sociológico da pós-modernidade. João Pessoa: PPGS, Manufatura, 2005. Col. Sociologia.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, A. Edmilson. **A formação do mundo moderno**: a construção do Ocidente dos séculos XVI ao XVIII. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

- FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da Informação. In: **INFORMARE**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 25-30, jan./jun. 1995.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 31 ed. rev., ampl. e atual.; São Paulo, Saraiva, 2005.
- FEYERABEND, Paul. **A ciência em uma sociedade livre**. Trad. Vera Joscelyne. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- FRANCELIN, Marivalde Moacir. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.
- FREIRE, B. M. J. **Paixão de (in)formar**: práticas alfabetizadoras no programa tijolo sobre tijolo – projeto escola zé peão em canteiros de obras. João Pessoa, 1999, 289p. PPGCI/UFPB. Dissertação de Mestrado.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo.; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A configuração do campo da Ciência da Informação: marcas de uma identidade. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 161-174, Número Especial, 2012.
- FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.
- FREIRE, Gustavo Henrique; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à ciência da informação**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.
- FREIRE, Isa Maria. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, 1995 Disponível em: <http://www.isafreire.pro.br/FREIREConstrutos.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.
- FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p.9-12.
- FROHMAN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Fundepe; Fapesp, 2008, p. 18-34.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 1991.
- GOLDMANN, L.. A importância do conceito de consciência possível para a informação. In: **COLÓQUIOS FILOSÓFICOS DE ROYAUMONT. O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOMES, Clara. Repensando hábitos. **Bichinhos de Jardim**, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://bichinhosdejardim.com/repensando-habitos/>. Acesso em: 10 fev. 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 446-467.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v. 15, n. 1, Campinas, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gêneses, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2011a, p. 29-47.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011b, p. 183-210.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, p. 333-346, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, jul./dez. 1990, p. 117-122.

GRENZ, Stanley. **Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia de nosso tempo**. Trad. Antivan Guimarães Mendes. São Paulo: Vida Nova, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos**. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Modernity versus Postmodernity*. In: **New German Critique**, n.º 22, Special Issue on Modernism (Winter 1981), 3-14. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici=0094-033X%28198124%A22%3C3%3AMVP%3E2.0.CO%3B2-J>. Acesso em: 10 fev. 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Trad. João Vergílio Gallerani Curter. Revisão técnica por Sérgio Sérvulo da Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HILBERG, R. **The Destruction of European Jews**, vol. III. Nova York: Holmes & Meier, 1983.

HJØRLAND, Birger. *Principia Informatica: Foundational Theory of Information and Principles of Information Services*. In: Harry Bruce, Raya Fidel, Peter Ingwersen, Pertti Vakkari (Orgs.). **Emeering Frameworks and Methods**. Proceedings of the Fourth Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS4), Greenwood Village, Colorado: Libraries Unlimited, 2003, p. 109-121.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve Século XX. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Trad. Lino Vallandro e Vidal Serrano. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IAROZINSKI NETO, Alfredo. O que é ciência: o conhecimento e suas características. Disponível em: <http://pessoal.utfpr.edu.br/iarozinski/arquivos/1 %20Artigo%201%20-%20Todos%20devem%20ler.pdf>. Acesso em: 29. out. 2012.

JAMENSON, Fredic. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Trad. Rodolfo Schaefer. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACEY, Hugh. A ciência e o bem-estar humano: para uma nova maneira de estruturar a actividade científica. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida descente**: “Um Discurso sobre as Ciências” revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 471-493.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**, vol. 19, n.º 14, Mar/Abr/Mai 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Trad. Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉON, Adriano A. G. de. Saberes emergentes: gênese e ocaso dos saberes do homem. In: **Saberes & Olhares**. Disponível em:

<http://sabereseolhares.com/2012/03/05/artigo-saberes-emergentes-por-adriano-de-len/>. Acesso em: 19 mar. 2012.

LIMA, J; LINDA, M. P. **A pesquisa como artesanato intelectual**. São Carlos: Edufscar, 2006.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MADUREIRA, Jonas.; MEISTER, Mauro.; BAGGIO, Sandro. Bate-papo sobre a igreja emergente. **Teologia Brasileira**. Disponível em: <http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=195>. Acesso em: 15 fev. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. Coleção Saraiva de Bolso.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed. rev. e atual. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

McGRATH, Alister. **Paixão pela verdade**: a coerência intelectual do evangelicalismo. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

McLAREN, Brian. **A Generous Orthodoxy**. Grand Rapids: Zondervan, 2004.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**. 22ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIRANDA, Antônio Carvalho de Lisboa. A Ciência da Informação e a Teoria do Conhecimento Objetivo: um relacionamento necessário. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação**: gêneses, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 17 - 27.

MOSTAFA, Solange Puntel. A Documentalidade como Conceito Filosófico. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

NUNES, João Arriscado. Um Discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida descente**: “Um Discurso sobre as Ciências” revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 59-83.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 159-169.

ODDONE, N. Apontamentos para uma reflexão epistemológica sobre a ciência da informação: Varet, Foucault e Latour. **Informare**: Cadernos do Programa de

Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.2 , p.57-63, jul./dez.1999.

PEREIRA, Frederico César Mafra. A equação fundamental da ciência da informação de Brookes e sua importância para o campo da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 265-309.

PIRES, Álvaro Pereira. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 43-94.

PONDÉ, Luiz Felipe. Zygmunt Bauman e a pós-modernidade. In: **A invenção do Cotidiano: O diagnóstico de Zygmunt Bauman para a pós-modernidade**. CPFL Cultura, TV Cultura, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=58MMs5j3TjA>. Acesso em: 03 mar. 2012.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RIBEIRO, Luziana Ramalho; RIBEIRO, Maria Eveline Ramalho; FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira. **A Pós-modernidade**: modismo acadêmico ou epistemologia contemporânea?. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00661_01_O.pdf. Acesso em: 13 fev. 2013.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUBENSTEIN, R. L. **The Cunning of History**. Nova York: Harper, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, Paola De Marco Lopes dos. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006, 138f. Dissertação (Mestrado).

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 1, n. 1, Belo Horizonte, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Alzira Karla Araújo da.; LIMA, Izabel França de.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Desvelando a interdisciplinaridade da ciência da informação: o

enfoque dos alunos do PPGCI/UFMG. Ciência da Informação, Brasília, v. 38, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2009.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Edna Lúcia. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 2002.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero**, v.5, n.1, fev/2004.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.2, n.2, abr/2001.

SOUZA, Edvânio Duarte de. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, 346f. Tese (Doutorado).

SOUZA, Francisco das Chagas. Interdisciplinaridade da Ciência da Informação. In: PINTO, Virgínia Bentes; CAVALCANTE, Lídia Eugenia; SILVA NETO, Casimiro. **Ciência da Informação**: abordagens transdisciplinares gêneses e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

STRECK, L. L. **O que é isto – decido conforme minha consciência?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. *The phenomena of interesting to information science*. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, Dec. 1975.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

ZEMAN, J. O significado filosófico da noção de informação. In: ZEMAN, J. *O conceito de informação na ciência contemporânea*: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p.154-179.